

V A N D E R L E I
SIRAQUE
P R E F E I T O **13**
VICE - CÍCERO MARTINHA



Programa de Governo



Agradecimentos

O candidato a prefeito Vanderlei Siraque e a vice-prefeito Cícero Martinha agradecem a todos e todas que contribuíram na elaboração deste documento. Um agradecimento especial aos coordenadores (as) e relatores (as) dos grupos temáticos, à comissão de sistematização das propostas e àqueles (as) que colaboraram na organização dos seminários e eventos durante todo o processo de discussão do Programa de Governo.



Santo André construindo um futuro ainda melhor para todos

É com uma satisfação imensa que apresento para você, eleitor e eleitora de Santo André, meu Programa de Governo. Foram seis meses de trabalho com o envolvimento de mais de 1.500 pessoas que colaboraram fazendo propostas, dando sugestões ou participando de encontros e debates, o que tornou este documento, tenho certeza, o mais amplo e participativo de todos que se apresentam a você. Isso me dá muito orgulho, pois eu acredito na capacidade do povo andreense de construir um futuro ainda melhor a partir dos avanços que conquistamos nas quatro gestões petistas.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos integrantes dos partidos políticos que apóiam minha candidatura e a de meu vice, Cícero Martinha, e que se empenharam na elaboração deste Programa. Agradeço à minha família, que acompanha todos os momentos importantes de minha vida, e agradeço a Deus pela oportunidade de estar à frente das idéias apresentadas nesta campanha.

Ao definir as diretrizes para este Programa de Governo expus a necessidade de se elaborar propostas que tivessem como linha fundamental de ação a defesa da dignidade da pessoa humana, defesa da vida, defesa da equidade e igualdade de condições, a construção da cidadania e a transparência administrativa. Esses princípios estarão sempre presentes em minha administração e nortearão todas as ações de governo, pois acredito que a sociedade só avance quando há respeito ao cidadão, igualdade, transparência e sobretudo participação do cidadão na vida pública.

As propostas apresentadas a você colocarão em prática idéias, projetos, planos e instrumentos para o desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental e farão uma revolução na forma de administrar Santo André para que tenhamos uma cidade acessível, saudável, agradável, desenvolvida, participativa, solidária e inclusiva, educadora, segura e promotora da paz.

O Programa de Governo da Coligação Santo André Ainda Melhor não se encerra ao lançar esta revista. Quero continuar o diálogo para o aprofundamento das propostas a fim de que elas se tornem o reflexo do que pensa e o que quer todos que vivem e trabalham em Santo André.

Vanderlei Siraque

apresentação	05	
		08 diretrizes do programa de governo
governos regionais	13	
		16 marcas de governo
abastecimento e segurança alimentar e nutricional	24	
		28 cultura
desenvolvimento econômico e financiamento da cidade	32	
		38 desenvolvimento urbano
educação	43	
		47 esporte e lazer
habitação	51	
		57 inclusão social, direitos humanos, cultura pela paz e diversidade
meio ambiente e saneamento	61	
		65 modernização administrativa
participação cidadã	69	
		72 saúde
segurança cidadã	77	
		80 transporte, trânsito, infra-estrutura urbana, mobilidade e acessibilidade



apresentação

AS MÃOS QUE FAZEM A MASSA

O Programa de Governo da Coligação Santo André Ainda Melhor é resultado de um trabalho sem igual na história de nossa cidade. Liderado pelo nosso candidato a prefeito, Vanderlei Siraque, mais de 1.500 pessoas participaram diretamente da elaboração das propostas e marcas de governo que irão transformar Santo André numa cidade cada vez mais dinâmica, moderna e preocupada com a qualidade de vida de seus cidadãos e cidadãs.



O Programa de Governo da Coligação Santo André Ainda Melhor é a peça de campanha mais importante para nosso candidato Vanderlei Siraque mostrar à sociedade andreense o compromisso que temos com a construção de um futuro cada vez melhor para nossa cidade.

Sua elaboração começou em janeiro de 2008 com a organização das diretrizes que norteariam o trabalho de discussão das propostas.

O evento de apresentação dessas diretrizes, ocorrido em 16 de março, contou com 587 pessoas. Nesse dia deu-se início a elaboração das propostas do Programa de Governo com a apresentação dos treze temas que organizaram as idéias e sugestões. Esses temas, que estão presentes nesta revista, são: Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional; Cultura; Desenvolvimento Econômico e Financiamento da Cidade; Desenvolvimento Urbano e Habitação; Educação; Esporte e Lazer; Inclusão Social, Direitos Humanos, Cultura pela Paz e Diversidade; Meio Ambiente e Saneamento; Modernização Administrativa e Escola de Governo; Participação Cidadã; Saúde; Segurança Cidadã; e Transporte, Trânsito, Infra-estrutura Urbana, Mobilidade e Acessibilidade, além de um grupo virtual formado com o decorrer das discussões e que tratou as propostas de forma transversal.

Todo o processo foi um show de participação. Mais de 1.500 pessoas dos mais diversos segmentos, como representantes de entidades da socie-

dade civil, trabalhadores, empresários, lideranças populares e ecumênicas, estudantes, aposentados, donas de casa e militantes dos partidos da Coligação Santo André Ainda Melhor, estiveram envolvidos na elaboração das propostas. Dos grupos temáticos e virtual, surgiram 1.137 sugestões abordando idéias e possibilidades das mais variadas matizes.

Iniciou-se nova fase de discussão com o objetivo de sistematizar todo o material apresentado. Esse processo teve como princípio a formação progressiva de consensos sobre cada sugestão, baseada na realidade da cidade e na capacidade de execução por parte do poder público. Desse trabalho resultaram 713 propostas incluídas no Programa de Governo. Então outro passo se deu, na formação de Marcas de Governo e organização das propostas que podem ser conferidas a partir da página 13 desta revista.

Como apoio foram realizados uma dezena de encontros e seminários de avaliação e análise que trataram de temas como Cultura, Inclusão Social, Segurança Alimentar, Transporte, Esporte e Lazer, Cultura pela Paz, Segurança e Educação, que possibilitaram refletir a realidade de cada área na cidade de Santo André e aprofundar as propostas. Esses encontros envolveram mais de 1.100 pessoas. Os seminários que abordaram Governos Regionais e reuniram os representantes das Entidades Sociais do município contaram, respectivamente, com 613 e 315 pessoas.



A partir da esquerda, Siraque coordena as discussões do Programa de Governo, seminários sobre Mobilidade e Transporte, Governos Regionais e Cultura da Paz.

As propostas que chegam às suas mãos por meio desta revista representam um esforço da Coligação Santo André Ainda Melhor que tratou o Programa de Governo como um instrumento de mobilização e debate de idéias, elaborado com participação, transparência, ousadia e responsabilidade para apresentar para os cidadãos e cidadãs um conjunto de ações que vai conduzir Santo André rumo a um futuro melhor para todos.

Para tanto, consideramos toda a história e experiência dos quatro governos do PT em Santo André, representados pelos companheiros Celso Daniel e João Avamileno (1989-1992), (1997-2000), (2001-2004) e (2005-2008), além de experiências exitosas em outros municípios, esferas de governo do Brasil e até do exterior.

metodologia

Procuramos analisar, por meio de um diagnóstico para cada tema apresentado, o histórico de ações, apontando avanços e discorrendo sobre os problemas ou dificuldades encontradas. Apresentamos uma concepção com os princípios de governo pois acreditamos ser fundamental que as ações tenham diretrizes baseadas em conceitos políticos e ideológicos para serem executadas.

As propostas da Coligação Santo André Ainda Melhor apresentadas no Programa de Governo são ações inéditas para a cidade. Tudo aquilo que foi construído pelos governos anteriores dos companheiros Celso Daniel e João

Avamileno e que representaram avanços para nossa cidade está garantido e continuará.

O desafio do governo de Vanderlei Siraque está em avançar, acelerar, evoluir e qualificar projetos, programas e ações para o crescimento contínuo e sustentável de Santo André, apontando caminhos, novos rumos e formas de governar uma cidade que é exemplo de administração pública em nosso país. Queremos ir mais longe oferecendo soluções modernas, inteligentes, simples e democráticas para que todos, sem exceção, tenham uma vida melhor. Para isso, contamos com sua colaboração.

Os números do Programa de Governo da Coligação Santo André Ainda Melhor

PT - PSB - PCdoB - PHS - PSL - PV - PDT - PRTB - PRB - PMDB

NÚMEROS GERAIS

Número de Grupos Temáticos	13
Grupo pela Internet	1
Propostas Examinadas	1.137
Propostas Incluídas	713
Marcas de Governo	20

PARTICIPANTES

Seminário sobre as Diretrizes (16 de março)	587
Seminário dos Governos Regionais (13 de abril)	613
Seminário com as Entidades Sociais	315
Seminários dos Grupos Temáticos	1.109
Participantes dos Grupos Temáticos	1.381



OS CAMINHOS PARA A CONS DEMOCRÁTICO, POPULAR, JUSTO



A construção do Programa de Governo envolve sonhos, utopias e realidades que vêm sendo construídas pelas administrações do PT e de partidos aliados desde 1989 (com interrupção entre 1993-1996) e que foram responsáveis pelas principais mudanças políticas, econômicas, estruturais e físicas de Santo André. As principais marcas desses governos foram seu caráter popular e democrático e a ampliação dos direitos de cidadania, que revolucionaram a maneira de governar a cidade e pela qual a população passou a participar da gestão e planejar seu futuro.

As políticas públicas decorrentes desses processos melhoraram a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, modernizaram a administração e tiveram um nítido viés inclusivo. Muitas dessas políticas encontram-se, hoje, reproduzidas em outros municípios e adaptadas para outras esferas de governo, inclusive no Governo Lula.

Neste sentido, é preciso avaliar as nossas gestões para que possamos apresentar à sociedade andreense nossas realizações e mostrar que podemos continuar fazendo mudanças, aprofundando o modo petista de governar e apresentando novas propostas ao próximo governo.

com quem e para quem governar

O PT e os partidos aliados têm claro quais forças sociais e políticas na cidade serão suas “parceiras” na tarefa de aplicação do Programa de Governo. Por um lado, governaremos para toda a cidade, e, por outro, porque queremos prosseguir na construção de uma cidade e sociedade mais justas, chama-

remos para essa empreitada todos os setores da sociedade comprometidos com esse projeto.

Neste sentido, destacamos os setores sociais que pretendemos que sejam parceiros do novo governo:

- os trabalhadores assalariados e as classes populares que vêm travando, durante as últimas décadas, lutas comprometidas com os ideais da ampliação de direitos;
- os segmentos sociais excluídos, para os quais se faz necessário o aperfeiçoamento das políticas públicas que já desenvolvemos e, também, o estímulo à sua auto-organização (inclusive para saírem da situação de excluídos);
- os chamados setores médios, bastante significativos em nossa cidade;
- o empresariado comprometido com o desenvolvimento econômico e social.

contexto geral

O Partido dos Trabalhadores voltou ao governo municipal em 1997, num contexto em que, no Brasil e no mundo, se consolidava a hegemonia neoliberal na política, na economia e na ideologia, causando profunda crise econômica e social que, particularmente no ABC, provocou efeitos danosos. Entre os principais traços da herança desse período, destacamos:

- a) redução acentuada das receitas dos municípios em função da estagnação econômica e da política de pagamento das dívidas interna e externa;
- b) queda do índice de participação no ICMS de Santo André em função da mudança do perfil econômico da nossa cidade;

CONSTRUÇÃO DE UM GOVERNO SÓCIO, ÉTICO, HUMANO E EFICIENTE

c) diminuição da renda média dos trabalhadores, consequência, entre outras coisas, da crise econômica, do desemprego, da precarização do trabalho e aumento da informalidade, da perda de direitos e conquistas que, desta maneira, demandava mais e mais serviços públicos;

d) diminuição dos investimentos e repasses dos governos Estadual e Federal para o financiamento dos municípios.

As respostas que demos a essa situação foram diversas e tiveram, no seu conjunto, um sentido progressivo (em particular na construção de uma nova forma de governar), participativo e transparente, elegendo e invertendo prioridades, tratando com seriedade os recursos públicos, construindo políticas integradas voltadas à inclusão social.

Nossos governos, no período que vai até a eleição de Lula (2002), tiveram importantes iniciativas, tanto do ponto de vista da modernização da gestão, construção das instâncias, instrumentos e espaços de participação popular (exemplificados na constituição de conselhos e conferências temáticas), quanto para pensar estrategicamente o desenvolvimento da cidade, incorporando práticas e construindo instrumentos que nunca as administrações anteriores haviam sequer pensado em adotar.

Independente do sentido e conteúdo (mais ou menos afinado com o programa democrático-popular, o que refletia diferentes correlações de força na cidade), programas como Eixo Tamanduatehy, Santo André Cidade Futuro, Santo André Mais Igual e, mais recentemente, a adoção dos Objetivos do Milênio, tiveram o mérito de chamar a cidade a pensar seu futuro, a integrar e complementar suas políticas, rompendo visões setoriais e interesses corporativos.

Em 2002, com a eleição do Governo Lula, inicia-se uma política de aproximação com o Governo Federal, a princípio por meio dos programas de renda

mínima e saúde da família. Porém, o Governo Estadual continuou descomprometido com nossa cidade.

Este período foi marcado pela lenta e tímida recuperação da economia e dos níveis de emprego e renda, que começaram a impactar no retorno dos investimentos na nossa região.

Destaca-se, então, a aprovação da Lei Federal conhecida como Estatuto da Cidade que, entre outras coisas, remete aos planos diretores nos municípios o papel de definir e fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade.

O processo de discussão, elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor de Santo André, entre 2002 e 2004, é um ótimo exemplo de como um Governo Municipal pode aplicar procedimentos que acumulam força nos setores populares, e permitam, assim, adotar reformas que tocam em questões estruturais, ao contrariar uma lógica excludente e de interesses dos poderosos, em nome dos interesses das majorias.

A reeleição de Lula (2006) e a opção mais desenvolvimentista de seu segundo mandato, do qual o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é o símbolo mais evidente, indica um caminho para retomada do dinamismo econômico e o combate às desigualdades sociais e regionais. Em que pesem possíveis correções na sua condução, a concepção do PAC é um evidente progresso frente à lógica imperante anteriormente, pois é a favor da ação do Estado na economia como instrumento do desenvolvimento do país.

Em Santo André, já pudemos perceber este impacto de maneira altamente positiva: os recursos do PAC para as áreas de saneamento e habitação de interesse social propiciaram um salto sem precedentes nos investimentos com a realização de obras que estão permitindo resolver não apenas demandas do saneamento (com a perspectiva de termos todo o esgoto de Santo André

coletado e tratado até 2010), como também antigos problemas de populações carentes de moradia, com o estabelecimento de áreas antes destinadas à especulação para o uso habitacional de interesse social.

Estes fatos, somados à permanência de um crescimento da economia em que se destaca a retomada dos níveis de emprego com carteira assinada, da renda média dos trabalhadores e a perspectiva de crescimento nas receitas do setor público, inclusive do nosso município, abrem uma conjuntura um tanto quanto diferente da anterior, ainda que a pesada herança de anos de neoliberalismo não esteja totalmente superada.

Por tudo isto, a Coligação Santo André Ainda Melhor apresenta à cidade, nestas eleições, muito além de “mais do mesmo”. Isso porque estamos num estágio em que, com essa nova conjuntura no país, em muitos aspectos melhor que aquela que vivenciamos nos primeiros anos de nossa volta à frente do Governo Municipal, combinada com nossas realizações e nosso acúmulo, poderemos dar um novo salto de qualidade, com ousadia e muita responsabilidade, à frente da administração de nossa cidade.

princípios fundamentais

- Defesa da dignidade da pessoa humana
- Defesa da vida
- Defesa da equidade e igualdade de condições
- Construção da cidadania
- Transparência administrativa

Acima estão citados os princípios que nortearam a elaboração do Programa de Governo da Frente Santo André Ainda Melhor. Eles são considerados “cláusulas pétreas”, e estão perpassando todas as idéias e propostas deste Programa. Não poderão, em hipótese nenhuma, ser descartados durante o processo de aplicação desse instrumento político administrativo.

conceitos

- Interdisciplinariedade
- Interficialidade
- Matricialidade
- Transversalidade
- Integração Regional

Os conceitos acima apresentados deixam claro que o Programa de Governo do candidato a prefeito Vanderlei Siraque é sistêmico. Todos os temas se relacionam entre si, são interdependentes, conforme os paradigmas das modernas administrações, e integram-se às políticas públicas do Grande ABC, da região metropolitana, do Estado de São Paulo, da União, do Mercosul, das cidades irmãs e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com a finalidade de aplicarmos os nossos princípios e realizarmos os seguintes modelos referenciais:

a) Santo André, cidade acessível

para garantir acessibilidade aos deficientes em todas as suas especificidades, acessibilidade aos serviços públicos, ao judiciário, às informações, à cultura, à educação e à formação para todos, independentemente de classe social, com respeito à diversidade de gênero, raça e geração, às diferenças ideológicas, políticas, religiosas, raciais e de orientação sexual. Enfim, uma cidade acessível a todas as pessoas e que acolhe a diversidade.

b) Santo André, cidade saudável

que garanta a saúde preventiva e curativa, a orientação em relação aos males do álcool, drogas e tabaco, que incentive o esporte e o lazer e garanta um meio ambiente saudável. Que tenha preocupação com o aquecimento global e combata a degradação ambiental, constituindo um meio ecologicamente equilibrado a partir de uma nova relação entre o ser humano e a natureza, com saneamento básico, coleta seletiva e reciclagem de lixo.

c) Santo André, cidade agradável

para que as pessoas gostem de viver aqui, gostem da nossa gente, das nossas áreas verdes, dos nossos parques

e jardins, da nossa cidade limpa e dos eventos culturais, para que Santo André viva sem congestionamento no trânsito, com transporte coletivo funcional e integrado, sinalização adequada e facilidade para encontrar os lugares desejados. E que garanta o acolhimento da diversidade e resolução de conflitos de forma eficaz e pacífica.

d) Santo André, cidade desenvolvida e sustentável do ponto de vista social e econômico, com geração de trabalho e renda, facilidade para instalação de novos empreendimentos e manutenção dos atuais, desburocratização dos sistemas administrativos de atendimento ao público e financiamento sustentado da cidade, com a administração sendo agente indutor de iniciativas que incidam sobre os agentes econômicos.

Uma cidade que enfrente o problema da crescente informalidade no mercado de trabalho e fortaleça novas formas de organização da produção interferindo diretamente na relação Capital e Trabalho, como por exemplo, pela economia solidária e pelo cooperativismo.

e) Santo André, cidade solidária e inclusiva com distribuição de renda, busca pela igualdade de condições entre os andreenses, defesa dos direitos humanos com igualdade racial, de gênero e de gerações, acesso à informação, formação e aos bens culturais e científicos como forma de buscar a autonomia e senso crítico na participação das ações desenvolvidas pelo poder público.

Uma cidade com a integração das diversas comunidades estrangeiras, dos estados e do interior, com democratização do acesso à terra, urbanização de favelas, construção de habitações de baixo custo com qualidade, educação para todos, garantia de renda mínima, políticas públicas focadas nos necessitados, construção da cidadania e assistência social para os grupos de baixa renda em situação de risco, que garanta a continuidade da execução da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Município como

agenda mínima, envolvendo todos os setores da sociedade civil.

f) Santo André, cidade participativa com a criação dos Governos Regionais (Cidade Policêntrica), com radicalização da participação cidadã, debates permanentes e organizados a partir dos Governos Regionais, com responsabilização da sociedade e do Poder Público aos direitos e deveres de cada cidadão andreense, com aprofundamento do Orçamento Participativo e dos conselhos de políticas públicas, garantia da transparência via controle social da administração, com o estabelecimento de uma cultura cidadã, com a construção da cidadania ativa, com planejamento estratégico regional, com a garantia das identidades locais, com prestação de contas, estímulo ao voluntariado, envolvimento das pessoas na construção e execução das políticas públicas, pela não fragmentação da cidade ou do governo, mas com descentralização, e que possa pensar o sujeito como ser integral.

g) Santo André, cidade segura e promotora da paz do ponto de vista policial e da defesa civil, em relação à sensação de segurança pública, na aplicação dos direitos fundamentais, no trânsito, na prevenção e no combate à violência em todos os seus aspectos, na prevenção aos acidentes de trabalho, de trânsito e domésticos. Uma cidade que promova o trabalho em rede, de forma transversal, difundindo a cultura da paz nas ações e atividades desenvolvidas em todo o município, visando um agir cuja metodologia utilize conhecimentos da justiça restaurativa, mediação de conflitos, promoção do diálogo e capacitação de facilitadores e facilitadoras na promoção da paz.

h) Santo André, cidade educadora da educação formal, não formal e inclusiva, de forma contínua, sendo ela a prioridade das prioridades no Programa de Governo, mas integrada aos demais modelos referenciais.



GOVERNOS REGIONAIS

A DECISÃO NAS MÃOS DO CIDADÃO

Desde os anos 80, as candidaturas petistas à prefeitura de Santo André apresentam propostas inovadoras e mudanças de paradigma na história das administrações municipais. Foi assim quando a cidade conheceu o Orçamento Participativo e as formas de compartilhamento de poder via parti-

cipação cidadã, as políticas de reversão da crise econômica regional ou ainda as políticas ambientais integradas.

Muito se fez em Santo André na consolidação ou aprofundamento das políticas públicas, ações que ficaram conhecidas como modo petista de governar.

Os Governos Regionais, proposta de nosso companheiro e candidato a prefeito Vanderlei Siraque, representarão mais um passo no aprimoramento de ações que trazem um novo conceito de governo. Um marco no compartilhamento de poder entre Estado e sociedade para transformar a realidade, tanto da periferia e dos locais menos privilegiados como daqueles centros já consolidados, levando ao desenvolvimento humano, econômico, social, cultural e ambiental.

compartilhamento de poder e controle social

Os Governos Regionais representam a radicalização da participação cidadã e serão o centro de ação do governo, um importante mecanismo de compartilhamento de Poder e controle social do Estado.

Podemos citar, como exemplo, as seguintes formas de compartilhamento de poder entre o Estado e a sociedade: Orçamento Participativo, conselhos de unidades de saúde, de unidades escolares ou os conselhos temáticos. Esse compartilhamento de poder entre o Estado e a sociedade tem as seguintes finalidades básicas:

- a) elaboração de regras ou normas compartilhadas e a tomada de decisões em conjunto (participação cidadã);
- b) fiscalização, pela sociedade, da aplicação de tais regras/normas (controle social);
- c) desenvolvimento da consciência política e da cidadania ativa;
- d) desenvolvimento da solidariedade entre os membros das comunidades participantes;

e) combate ao tráfico de influências, ao clientelismo e ao assistencialismo políticos;

f) mescla entre o saber técnico e os saberes da comunidade;

g) articulação e construção de políticas públicas;

h) gestão compartilhada da execução das políticas públicas.

Santo André tem as condições para a formação dos Governos Regionais

Em Santo André temos os elementos básicos para criarmos os Governos Regionais: as quatro gestões democráticas do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, movimentos sociais organizados, experiências dos diversos conselhos de políticas públicas e do Orçamento Participativo, entidades empresariais, em especial dos comerciantes, organizadas em diversos centros comerciais, sindicalismo atuante, o projeto “Santo André, Cidade Futuro”, a experiência do Eixo Tamanduatehy, as ações regionais e internacionais da Prefeitura, equipamentos públicos como os de saúde e de educação bem organizados nas diversas regiões, entre outras experiências exitosas.

É importante dizer que o que temos hoje é fruto de um processo de crescimento e amadurecimento dos conceitos e da prática da participação. Portanto, sem dúvida, existem na sociedade andreense e no Poder Público municipal as condições objetivas e subjetivas para dar um grande salto no compartilhamento de poder entre a comunidade e a administração, por meio dos Governos Regionais.

conceito

Os Governos Regionais de Santo André consistem num modo de gestão que envolvem as diversas comunidades regionais da cidade e a Administração Pública com a finalidade de construir, articular e gerir, no plano local, políti-

cas públicas. Essa ação local vinculada às políticas públicas gerais da cidade garante formas de mobilização, organização, participação cidadã e controle social com o objetivo de estabelecer uma lógica de Cidade Policêntrica, onde cada região pode, e deve, criar condições para o desenvolvimento sustentado em bases econômicas, sociais, urbanas e ambientais.

O Poder compartilhado entre Administração Pública e as comunidades regionais pressupõe uma relação mais próxima entre o governo e os diversos atores sociais locais para a construção, articulação e gestão de políticas públicas a partir de um planejamento estratégico regional que possa garantir transparência administrativa, igualdade de condições, dignidade e proteção à vida de todas as pessoas que residem ou circulem em Santo André, e estarão garantidas a partir da elaboração de Cartas-Compromisso conforme as necessidades diagnosticadas em cada realidade local.

Os Governos Regionais estão fundamentados nos princípios da dignidade da pessoa humana, proteção da vida, transparência e igualdade de condições entre todas as pessoas, são amparados nos eixos referenciais do Programa de Governo e seguem os seguintes conceitos:

- a) integração dos programas, projetos, secretarias e diversos órgãos públicos da Prefeitura;
- b) promoção da Cidade Policêntrica com a potencialização de diversos centros de decisões políticas, de negociações, de comércio, de produção, de convivência humana e solução pacífica de conflitos;
- c) compartilhar o poder estimulando a diversidade cultural, religiosa e ideológica dos atores das comunidades locais;
- d) desenvolvimento humano em condições de igualdade para todas as pessoas e em todos os seus aspectos;
- e) controle institucional interno e exter-

no (Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas e Ministério Público) dos indicadores de desenvolvimento dos Governos Regionais;

f) controle social dos indicadores.

forma de atuação

Em todas as instâncias dos Governos Regionais a representação do Poder Público e da sociedade, sempre que possível, serão proporcionalmente paritárias. Os representantes da sociedade poderão ser eleitos, convidados ou auto-representados e os representantes da Prefeitura serão indicados pela Administração Pública.

As decisões, no âmbito dos Governos Regionais, valerão para as suas respectivas áreas de abrangência e serão construídas pelo consenso progressivo. Cada acordo firmado terá como instrumento físico as Cartas-Compromisso.

A base territorial dos Governos Regionais será organizada com fundamento nas regiões do Orçamento Participativo, centros comerciais, locais onde estão instalados os equipamentos públicos (escolas e unidades de saúde, entre outros), identidades dos diversos bairros e conforme os dados e informações históricas levantadas pela administração pública.

Serão organizadas Câmaras Técnicas (CT) territorialmente e por temas, conforme as necessidades de cada Governo Regional e a vontade política dos participantes. Todas as localidades terão as Câmaras Técnicas de Desenvolvimento.

Por fim, a construção, articulação e gestão das políticas públicas em suas diversas modalidades dependerá de um Planejamento Estratégico que será realizado em cada um dos Governos Regionais, e contribuirá com o Planejamento da cidade à medida que, ao mesmo tempo, seja articulado às políticas gerais e contribua na formulação destas com as identidades locais e regionais.



UMA CIDADE COM MUITO MAIS QUALIDADE

As Marcas de Governo da Coligação Santo André Ainda Melhor são um conjunto de ações, propostas e projetos apresentados por este Programa de Governo que formam políticas públicas inéditas com o objetivo de melhorar a oferta dos serviços que a Prefeitura oferece aos cidadãos.

Contando com os Governos Regionais, apresentado na seção anterior, são 20 Marcas que se relacionam com todas as áreas de ação de uma administração pública, e possibilitarão um salto sem precedentes na qualidade dos serviços e na forma de administrar a cidade.

ESCOLA DE GOVERNO E CIDADANIA



A Escola de Governo e Cidadania será responsável pela orientação das escolas de formação da administração (Escola de Formação da Administração Pública, Escola da Saúde e Centro de Formação do Professorado) e pela ampliação dos trabalhos de formação para servidores e munícipes, garantindo a interação e participação destes no processo de construção da cidadania.

A Escola de Governo e Cidadania deverá investir na capacitação profissional do quadro de funcionários, aperfeiçoando programas de treinamento técnico e comportamental para desenvolver potenciais pessoais e profissionais, promover a capacitação básica dos recém-contratados por concurso, parceria ou cargo em comissão para conhecer seu papel como servidor do cidadão.

Preparar e promover a capacitação do quadro executivo para a governança por meio de cursos que propiciem conhecimento de ferramentas de planejamento, de avaliação e auto-avaliação e oferecer suporte à modernização administrativa nas inovações político-governamentais, gerenciais, científicas e tecnológicas.

Desenvolver atividades de formação que despertem no cidadão a consciência crítica para o processo de exercício da cidadania utilizando o conhecimento técnico e as ferramentas de gestão para integrá-lo aos fóruns de participação popular e aos Governos Regionais.

Além disso, a Escola de Governo e Cidadania deverá promover a formação e a capacitação dos cidadãos por meio de cursos, palestras e debates nos espaços públicos e comunitários (escolas e entidades da sociedade civil entre outros), enfocando a questão da colaboração e a intervenção do cidadão na implementação e funcionamento de políticas públicas.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Criar o Observatório de Políticas Públicas vinculado à Escola de Governo e Cidadania para centralizar, sistematizar e articular informações a partir da elaboração de mapas de políticas públicas para que as secretarias possam trabalhar as exclusões sociais no município.

O Observatório também terá como responsabilidade organizar sistemas de informação e elaborar diagnósticos que possam subsidiar as políticas públicas e criar indicadores de qualidade que auxiliem nas avaliações e planejamento das ações da Prefeitura. Será de fundamental importância que essas informações sistematizadas sejam publicadas e estejam presentes na formação dos atores governamentais.

ACESSO, PERMANÊNCIA E QUALIDADE NA ESCOLA



Tendo como princípio a construção de ações que garantam o acesso e permanência do aluno na escola, a Prefeitura de Santo André fornecerá uniforme e material escolar a todos que estudam na rede municipal. Também vai criar o Programa Municipal de Transporte Escolar Gratuito e ampliará a jornada diária do aluno da Educação Infantil e Ensino Fundamental, agregando ao currículo escolar outras linguagens artísticas, das ciências, da cultura popular e do esporte, bem como o ensino de línguas.

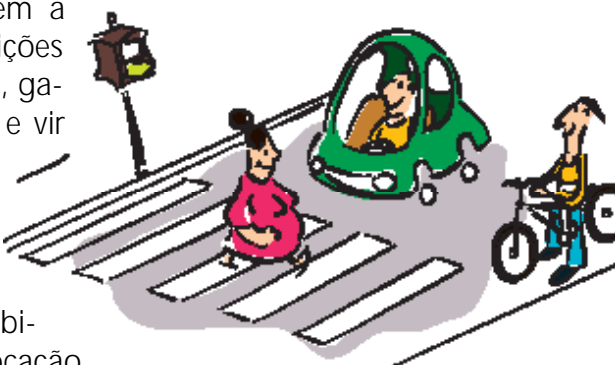
A Educação para a Cidadania trabalhará a formação do aluno contemplando o conhecimento local bem como o respeito à diversidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, pessoa idosa, pessoa com deficiência e população em situação de rua.

Todas essas ações têm como principal objetivo a melhora sistemática e contínua da qualidade educacional bem como a valorização do conhecimento e o respeito ao aluno da nossa cidade.

CIDADE COM MOBILIDADE

A Cidade com Mobilidade prevê um conjunto de medidas que melhorem a acessibilidade das pessoas, as condições dos transportes e fluidez do trânsito, garantindo para todos o direito de ir e vir com qualidade e segurança.

Como ação, Cidade com Mobilidade busca atingir os seguintes objetivos: determinar e consolidar a política adotada para a área de mobilidade, consolidar a mudança de vocação da área, tratando trânsito, transportes e infra-estrutura viária como mobilidade urbana e determinar uma nova dinâmica técnica para o tratamento da mobilidade na cidade permitindo que as necessidades básicas de mobilidade dos indivíduos e da sociedade sejam atendidas com segurança e de uma maneira compatível com o ser humano e o meio ambiente.



CIDADE EMPREENDEDORA E LEGAL

A Cidade Empreendedora e Legal prevê um conjunto de ações por parte da Prefeitura com o objetivo de acelerar procedimentos, organizar e atualizar cadastros, regularizar a situação de empresas e legalizar micro e pequenas empresas informais, baseada na formalidade compartilhada.

Como meta, Cidade Empreendedora e Legal quer garantir a possibilidade de abertura e encerramento de empresa em prazos curtos e adequados conforme a situação do empreendimento, bem como o fortalecimento da economia solidária como um dos instrumentos para o desenvolvimento econômico e local.

CASA DO EXPORTADOR E DA TECNOLOGIA

A Casa do Exportador e da Tecnologia pretende se tornar um centro de referência e excelência do empreendedorismo andreense com instalação de prédio próprio para o Serviço de Apoio à Exportação (SAX) e para a In.Nova (Incubadora Tecnológica de Santo André) oferecendo infra-estrutura com auditórios, pavilhão industrial, salas comerciais, salas de aula e mobiliário entre outros.



CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

Construir um Centro de Referência em Direitos Humanos com o objetivo de articular e fortalecer as políticas públicas voltadas para mulheres, raça e etnia, população LGBT, criança e adolescente, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência e população em situação de rua, e que contemple o combate à discriminação a todos os tipos de violência, abolindo preconceitos e estereótipos.

O Centro de Referência em Direitos Humanos conterà também um Centro de Memória e Documentação com banco de dados e informações sobre as lutas pela defesa à vida e os direito do cidadão andreense.

VILA DE PARANAPIACABA PROMOTORA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Para garantir o permanente desenvolvimento sustentável do turismo na Vila de Paranapiacaba, a Prefeitura continuará investindo nas reformas e melhorias dos equipamentos públicos, com instalações adequadas e qualificação de serviços.

Implantarã o Cine-Centro Lyra da Serra com espaço para cinema, sala de vídeo, teatro, sala de exposições, biblioteca especializada em educação patrimonial e escola de música. Criará um Hotel Escola em parceria, com formação para o turismo sustentável e para a gastronomia com o objetivo de formar e qualificar os empreendedores da Vila de Paranapiacaba; vai qualificar permanentemente a produção cultural, gerando produtos e serviços turísticos como fonte de trabalho e renda, e realizará festivais e mostras qualificadoras da formação das artes e cultura da cidade.



Propiciará a inclusão social e a geração de trabalho e renda da comunidade da Vila de Paranapiacaba e Parque Andreense por meio das atividades turísticas; e vai atuar e fazer gestão para a Vila Paranapiacaba tornar-se Patrimônio da Humanidade.

MAIS HABITAR

Para garantir acesso à habitação, a Prefeitura aglutinará, de forma planejada e articulada, esforços, recursos, programas e ações, das três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal), das associações por moradia e dos empreendedores privados para, nos próximos quatro anos, produzir novas habitações, urbanizar e regularizar favelas produzindo alternativas para acesso à moradia, na quantidade e proporção necessária para que Santo André possa, no futuro, zerar seu déficit habitacional, tanto para a população que hoje não tem casa, meio ambiente adequado ou regularidade, quanto para a nova demanda advinda do crescimento populacional.



EDUCAÇÃO URBANA

A Prefeitura implantará o Programa de Educação Urbana, baseado em um conjunto de ações diferenciadas conforme os públicos com os quais serão construídos (municípios, conselheiros e lideranças nos espaços dos Governos Regionais e crianças e adolescentes nas escolas da rede municipal), que tem como objetivo estimular a consciência sobre a cidade, sua história, seus problemas, peculiaridades e potencialidades, com reflexões sobre a vida urbana, o habitar e vivenciar coletivamente um mesmo espaço que é a cidade.



NÚCLEO POPULAR ESPORTIVO

O Núcleo Popular Esportivo é um equipamento polivalente, configurado com instalações como quadra coberta, campo e vestiários, além de programas apropriados para esportes como voleibol, basquete, futsal, ginástica, futebol e atletismo, entre outras práticas corporais.

Será implantado em diferentes regiões da cidade e seu funcionamento prevê a participação e o atendimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoa idosa, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais.

SANTO ANDRÉ, CIDADE DO SKATE

O objetivo é tornar Santo André referência na modalidade do skate, buscando implementar a Escola Livre de Skate no Parque da Juventude, atualizar o conceito das pistas dos CESA bem como criar novas pistas menores e de uso autônomo

nos bairros da cidade. Para tanto vamos consolidar o Circuito Municipal de Skate, atrair a realização de campeonatos profissionais e estimular a participação permanente e organizada dos skatistas andreenses.

CIDADE PROMOTORA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para consolidar Santo André como cidade promotora da sustentabilidade ambiental serão desenvolvidos instrumentos que garantam que as questões socioambientais permeiem todas as políticas públicas do governo e mobilizem a sociedade em favor de práticas que promovam maior qualidade no dia a dia dos cidadãos, com menor impacto ambiental.

É necessário garantir o tratamento de todo o esgoto coletado; a proteção de nossos mananciais, com ações integradas de fiscalização; redução contínua das perdas de água e ampliação da consciência e da responsabilidade de todos sobre o uso adequado dos recursos naturais; maior controle sobre a emissão de poluentes; incentivo do uso de energias limpas e renováveis, como o biogás do aterro sanitário; assim como ampliar os programas de coleta seletiva e as atividades de reciclagem, garantindo a inclusão social e o desenvolvimento da economia solidária em nossa cidade.



NÚCLEOS DE PAZ

A Prefeitura promoverá ações visando implementar Núcleos de Paz nos Governos Regionais com o intuito de incentivar a participação da sociedade civil na discussão e resolução dos problemas de segurança pública e na idealização e elaboração de programas, projetos e ações que visem o desenvolvimento e a inclusão social, respeitando as características regionais.

Outro objetivo dos núcleos será promover uma cultura de paz que garanta, a partir da formação de facilitadores, a resolução dos conflitos identificando-os e compartilhando soluções entre os atores envolvidos.



SANTO ANDRÉ DA IGUALDADE ENTRE SEXOS, RAÇA E ETNIA E GERAÇÕES

Santo André vai instituir o Programa de Educação não-sexista, não-racista e não-homofóbica a partir de um conjunto de ações de formação e sensibilização para interferir na cultura de desigualdade e de violência entre os sexos, raças e etnias e gerações e contra a pessoa com deficiência.

Serão criadas ações como seminários e atividades específicas para as mulheres, negros, jovens, pessoa idosa, pessoa com deficiência e população LGBT com

metodologia e escuta qualificada para levantar as necessidades do cotidiano de suas vidas no sentido de contribuir com o direcionamento das políticas públicas e a formação para o exercício da cidadania, tornando-as protagonistas de suas histórias.

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA IDOSA

O Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa é um conjunto de ações da Prefeitura para melhorar a qualidade de vida da população idosa. Serão implementados serviços específicos nas unidades de saúde, centros de especialidades, Centro Hospitalar Municipal, Pronto Atendimento, Programa de Saúde da Família, Hospital da Mulher e Programa de Internação Domiciliar, garantindo a ampliação do atendimento profissional especializado em fisioterapia e na assistência farmacêutica.

No Centro Comunitário do Campestre será criado um Centro Integral da Terceira Idade com instalações e programas apropriados ao desenvolvimento de práticas corporais, além de tornar-se ponto de encontro e de convivência. Também serão instalados nos CESA, onde houver demanda, Centros de Fortalecimento Muscular e serão desenvolvidos, em diversas regiões da cidade, programas de animação sociocultural tais como danças de salão, bailes, ginástica, jogos, práticas corporais orientais, passeios e encontros gastronômicos entre outras ações.



CENTRO DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Implantar um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional com ênfase em Gastronomia baseado na implantação de uma cozinha experimental para realizar oficinas culinárias, cursos de manipulação de alimentos e de empreendedorismo para geração de renda.

O Centro de Referência desenvolverá ações que propiciem o acesso à alimentação saudável por meio da promoção de hábitos alimentares adequados, redução e eliminação de práticas insatisfatórias, introdução de melhores práticas higiênicas e uso eficiente dos recursos alimentares e financeiros favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população.



CIDADE DIGITAL



Para se tornar uma cidade digital a Prefeitura proverá acesso à internet (rede sem fio) em Santo André por meio de locais de livre acesso à internet, principalmente em espaços públicos como bibliotecas, parques e determinadas regiões da cidade.

Também promoverá a tecnologia da informação articulando tecnologia e pedagogia em favor da cidadania com o objetivo de sensibilizar o munícipe para essa realidade, estimulando-o à reflexão sobre as oportunidades que ela oferece e a serviço da equidade social, libertação cultural, promoção e emancipação econômica e social.

Serão criados centros de reciclagem e reutilização de equipamentos de multimídia com objetivo de formar telecentros públicos e incluir na IN.NOVA (Incubadora Tecnológica de Santo André) um centro de desenvolvimento de sistemas com base no software livre para buscar soluções de fomento desse serviço para atender o mercado e o interesse público.

UNIVERSIDADE LIVRE DE CULTURA

A Universidade Livre de Cultura terá por objetivo a irradiação de ações de formação de profissionais nas áreas de arte e cultura para técnicos, artistas, produtores e gestores culturais entre outros. Promoverá e coordenará políticas pedagógicas e culturais, num diálogo constante com outras iniciativas presentes na cidade.

A Universidade terá caráter de integrar, em um único corpo, as escolas livres de Teatro, Cinema e Vídeo, Dança e Literatura já implementadas na cidade, além de implantar novos cursos que atendam as demandas socioculturais, gerando novos conceitos e diretrizes de integração entre as diversas linguagens.

A Universidade apresentará um caráter livre dentro de uma prática pedagógica que valorize, promova e compartilhe os saberes, favorecendo assim a troca de conhecimentos entre os atores que devem ser os agentes desse processo de ensino e aprendizagem.

A Universidade Livre de Cultura também terá como meta, ações que contribuam com a geração de políticas culturais, almejando a solidificação de seu caráter aglutinador e multiplicador de conhecimento e dos bens culturais das diversas regiões de Santo André.





ALIMENTO DE QUALIDADE NA MESA DO POVO

Como o alimento constitui-se em necessidade fundamental para a vida, certamente o primeiro entendimento sobre Segurança Alimentar (ainda que não fosse esse o nome utilizado) já surgiu nos indivíduos do início da humanidade, compreendido como a necessidade de garantir o alimento de cada dia para si e para os seus. Acima de tudo a alimentação continua um tema central em todo o planeta com o entendimento de que não é apenas

questão de sobrevivência, mas sim de qualidade de vida saudável.

No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como sendo “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo,



Na página anterior, agricultura familiar. Acima, Banco de Alimentos, feira livre noturna e doação de alimentos.

assim, para uma existência digna” foi proposto em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994. Na II Conferência Nacional, em 2004, foi agregada à redação a preocupação com a diversidade cultural, ambiental, econômica e socialmente sustentável. Este entendimento foi reafirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 15 de setembro de 2006.

Santo André avançou significativamente na implantação de serviços e programas com vistas ao combate da exclusão social e vem apresentando resultados na articulação intersetorial, governamental e intragovernamental. As políticas de Segurança Alimentar Nutricional são prioridades e marca de governo com atenção especial à ampliação e implantação de novos serviços prestados à população.

A alimentação escolar em Santo André, ao longo de sua existência, vem desenvolvendo um jeito todo especial de atender o seu público, com a preocupação constante de melhorar a cada dia a alimentação fornecida. Para isto conta com uma equipe especializada de nutricionistas e técnicos para o desenvolvimento de cardápios que respeitem hábitos alimentares e que promovam a segurança alimentar e nutricional.

O município é responsável pelos atendimentos de aproximadamente 83,5 mil alunos por dia, matriculados

na rede municipal e estadual de ensino, além de entidades filantrópicas. São 22 creches municipais, 44 EMEIEF, 70 escolas estaduais e 16 instituições assistenciais.

Desde 2000, a cidade conta com um Banco de Alimentos público, o primeiro da América Latina, referência nacional e internacional, com o objetivo de arrecadar alimentos por meio da articulação de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos.

Estes alimentos, após avaliação técnica, são distribuídos gratuitamente às instituições para complementação alimentar. A Craisa atua como agente de ligação entre o Investidor Social e as instituições assistenciais que atendem pessoas em vulnerabilidade alimentar. São 135 instituições cadastradas e um movimento de cerca de 80 toneladas por mês de alimentos, totalizando cerca de 35 mil beneficiados.

As ações de Educação Alimentar e para o Consumo são promovidas por meio de seminários, cursos, apresentação de teatro, palestras e oficinas culinárias para um público que vai do infantil à terceira idade, com o objetivo de difundir e incentivar hábitos alimentares saudáveis, melhorar o aproveitamento dos alimentos e reduzir o desperdício diversificando a alimentação.

O Ceasa do Grande ABC, que iniciou suas atividades em 1985, vem evoluindo e mostrando sua importância como principal regulador da distribuição de produtos hortifrutigranjeiros do ABC e regiões vizinhas. Atualmente o Ceasa

encontra-se em funcionamento com 92% da sua capacidade. Comercializou, em 2007, 125,6 mil toneladas de hortifrutis.

Os sacolões, criados em 1990, com objetivo de oferecer produtos hortifrutigranjeiros de qualidade e preços diferenciados à municipalidade, bem como ser referência na regularidade da oferta de produtos comercializou, em 2007, 10,9 mil toneladas para um público de 754,4 mil pessoas.

A feira livre, em Santo André, é um comércio sustentado pelos hábitos e costumes. Tem se mantido como modelo de referência na região do Grande ABC em relação à organização, controle de qualidade e fiscalização. Atualmente existem 70 feiras livres na cidade com um total de 878 feirantes e uma comercialização média de sete mil quilos por feira.

A alimentação para os servidores públicos de Santo André é parte integrante das políticas de Segurança Alimentar Nutricional do município. A Craisa planeja, executa e controla as atividades relacionadas à produção e distribuição de refeições aos servidores e pacientes do Centro Hospitalar Municipal, kits lanche aos alunos da Educação de Jovens e Adultos e atendimentos a eventos das secretarias da administração municipal. Atualmente são realizados aproximadamente 355 mil atendimentos por mês, distribuídos em 295 locais diferentes.

Os dados da cesta básica são enviados aos jornais regionais com o objetivo de orientar a população a realizar suas compras tendo em mãos a média dos preços do varejo. A pesquisa é realizada nas redes de hipermercados do Grande ABC, dando à população parâmetros para saber se o estabelecimento está praticando preços abusivos ou não.

A Compra Direta Local da Agricultu-

ra Familiar, um programa da Prefeitura em convênio com o Governo Federal garante acesso aos alimentos para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social no campo com o fortalecimento da agricultura familiar. Está prevista a aquisição de 800 toneladas por ano de produtos hortifrutigranjeiros diretamente do pequeno produtor, para ser distribuído pelo Banco de Alimentos às instituições cadastradas.

A Craisa organiza, também, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, programas de segurança alimentar como instalação de cozinhas, padarias e hortas comunitárias com o objetivo de viabilizar o acesso aos alimentos de qualidade, contribuir para a redução da vulnerabilidade alimentar, promover hábitos alimentares saudáveis, capacitar para atividades de geração de renda e articular ações de educação e saúde.

concepção

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Esse conceito provém dos Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional publicadas pelo Conselho de Segurança Alimentar Nacional (CONSEA 2004).

A política de Segurança Alimentar e Nutricional tem como referência os documentos e deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de Segurança Alimentar Nutricional, bem como as recomendações dos CONSEA Federal e Estadual e as do COMSEA de Santo André.

propostas de ação

Regulamentar a Lei Orgânica Federal de Segurança Alimentar e Nutricional para criar o Sistema Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional municipal.

Realizar a modernização estrutural do sistema de comercialização do mercado atacadista.

Criar mecanismos para compra direta dos produtores da agricultura familiar e do comércio local.

Promover a participação cidadã e as parcerias público-privada e com terceiro setor para potencializar a Segurança Alimentar e Nutricional.

Articular e fortalecer a parceria com a Vigilância Sanitária dos Alimentos com o objetivo de proporcionar alimentos em condições adequadas ao consumo humano.

Criar mecanismos para comercialização dos produtos da agricultura familiar e dos produtos orgânicos.

Estimular o desenvolvimento do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana.

Formar multiplicadores para ampliar atividades de Educação Alimentar Nutricional com crianças e pais nas escolas e instituições municipais.

Implementar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional para identificar e mapear os problemas relacionados com a nutrição e educação alimentar.

Incentivar a criação de hortas pedagógicas e comunitárias nas comunidades com o objetivo de realizar atividades educativas.

Promover discussão da água como alimento saudável.

Realizar campanhas para comercialização dos produtos de época em diversas regiões da cidade.

Viabilizar o atendimento das crianças matriculadas na rede municipal de ensino com necessidades especiais em alimentação e incluir cardápios específicos aos necessitados de dieta restritiva na alimentação escolar.

Dar continuidade ao projeto de modernização das feiras livres.

Ampliar o programa de cozinhas e padarias comunitárias.

Ampliar o programa Banco de Alimentos.

Ampliar as campanhas públicas de Educação Alimentar e Nutricional e para o Consumo Consciente.

CULTURA ACESSÍVEL PARA TODOS



A partir de uma política democrática, os governos do PT na cidade de Santo André investiram em iniciativas culturais que elevaram a qualidade de vida da população. Nos últimos 12 anos foram significativas as ações de preservação do patrimônio cultural e em difusão e formação artística como, por exemplo, a criação da Escola de Dança, de Cinema e Vídeo, de Litera-

tura, o projeto Emiacidade (oficinas de iniciação artística nos CESA), incorporação do Centro de Referência da Juventude e a continuidade da Escola de Teatro e a Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA). A Mostra de Vídeo, Bienal de Gravura e o Salão de Arte Contemporânea traçam um painel da produção artística nacional. Mas todas essas ações, fruto de uma



Ao lado, apresentação da Orquestra Sinfônica de Santo André. Acima, movimento hip-hop, Castelinho na Vila histórica de Paranapiacaba e encenação de peça pela Escola Livre de Teatro.

política pública de formação e qualificação da cultura ainda ocorrem de forma isolada, sem a necessária integração.

Os projetos de difusão musical e teatral levam aos palcos e parques da cidade shows e espetáculos da produção local e nacional, oferecendo à população uma programação constante e diversificada. O calendário cultural e o Festival de Inverno de Paranapiacaba consolidaram-se e atraem amplo público. A Orquestra Sinfônica de Santo André, de grande potencial artístico, realiza, além dos concertos, um programa de ação educativa por meio de ensaios abertos.

As bibliotecas promovem a disseminação da informação a partir de seus acervos e pelos pontos de acesso à internet. O Museu de Santo André cumpre seu papel de preservação e difusão da identidade cultural andreense, realizando pesquisas, publicações e exposições. Parcerias com universidades garantem o debate sobre o pensamento acadêmico a exemplo dos Seminários Avançados, ocorridos na Casa da Palavra.

Com recursos próprios e de parcerias com o Governo Federal, iniciativa privada e terceiro setor, a Prefeitura concretizou importantes intervenções na área do patrimônio cultural como a aquisição do sítio histórico e arquitetônico da Vila de Paranapiacaba e a restauração de seus principais prédios como o Castelinho, Clube Lyra Serrano, Casa Fox e Antigo Mercado. Outros exemplos são a restauração da Casa do Olhar e a Tapeçaria de Burle Marx.

A Lei de Incentivo à Cultura foi regulamentada e implantada e o Conselho Municipal de Cultura, antes consultivo, tornou-se deliberativo, definindo a destinação de recursos provenientes do Fundo de Cultura. A sociedade civil toma, ainda, decisões sobre o patrimônio cultural no Conselho de Defesa do Patrimônio (COMDEPHAAPASA).

Atualmente, a cidade conta com uma estrutura física capaz de abrigar o desenvolvimento de diversos projetos culturais, porém há defasagem no quadro de funcionários. Na área central estão localizadas a Casa do Olhar, Casa da Palavra e Concha Acústica, conjunto de equipamentos com potencial para a integração de linguagens artísticas. Reunidos no Paço Municipal temos Teatro, Auditório, Salão de Exposições, Biblioteca, Gibiteca e Videoteca, além do Saguão do Teatro, utilizado para exposições e espetáculos e shows. As EMIA, Museu, Escola Livre de Cinema e Vídeo, Centro de Dança, Biblioteca Distrital e Escola Livre de Teatro também possuem suas próprias sedes.

Além das iniciativas desenvolvidas nos equipamentos da Secretaria de Cultura, também são realizadas ações nos CESA e bibliotecas ramais por meio de oficinas artísticas.

Já a Feira de Artesanato, que acontece em várias localidades da cidade, enfrenta problemas para garantir a produção e venda exclusiva de produtos artesanais.

Ainda que as realizações na área cultural tenham sido significativas, as transformações sociais dos últimos

anos alcançaram uma velocidade que, por vezes, ultrapassou os limites estruturais e orçamentários da Prefeitura ocasionando lacunas dentre as quais o diálogo permanente com a população e o melhor aproveitamento de instrumentos de gestão como diagnósticos, planejamentos e avaliações.

Muitos projetos culturais alcançaram um grande público, porém não tiveram continuidade, o que seria de extrema importância para o desenvolvimento pessoal e coletivo dos cidadãos.

No entanto, o alicerce construído por acertos e reconhecimento de falhas é o que torna possível o avanço das políticas públicas de cultura em direção à elaboração de um programa de governo que represente verdadeiramente o que a cidade precisa para os próximos anos.

concepção

As políticas de cultura devem despertar no cidadão o reconhecimento de seus valores e contribuir para a sua formação humana, social e cultural.

Com objetivo de ampliar as possibilidades de atuação cultural e buscar a sustentabilidade das ações, a construção de parcerias público/privadas deve ser uma preocupação constante da Prefeitura, assim como a garantia

da qualidade nos trabalhos e projetos, o fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura e a promoção de interfaces com os conselhos dos Governos Regionais.

Busca-se, no Programa de Governo, implantar uma política cultural abrangente, inclusiva e inovadora, constituída por um fluxo contínuo de percepção, reflexão e ação que fomente a circulação dos bens culturais produzidos no município, respeite e contemple a diversidade local e contribua para a construção da cidadania.

As políticas de cultura terão como base o território e suas representações simbólicas e materiais, incentivando a produção local e potencializando os espaços de cultura pelo diálogo permanente com representantes da comunidade e dos Governos Regionais, a fim de que os programas e ações culturais contemplem as necessidades e desejos locais e a diversidade de opções de acesso à criação, produção e consumo cultural.

Apesar de terem como base o território local, as ações de cultura não se restringem a ele, fazendo com que a cidade se relacione com a região, com o país e com o exterior, pontuando cada vez mais sua importância no cenário cultural e estabelecendo uma troca contínua de experiências e conhecimentos.

propostas de ação

Formação e Difusão Cultural

Difundir as artes populares, eruditas e híbridas e pensamento contemporâneo em diversas regiões da cidade.

Apoiar a circulação de produções artísticas locais por meio da realização de intercâmbios, apoio técnico e parcerias.

Realizar festivais e mostras culturais que contemplem os fazeres e saberes da população e as diversas linguagens artísticas, das tradicionais àquelas com conteúdo para mídias móveis.

Incentivar a utilização dos novos meios de produção e consumo cultural por meio de programa de cultura digital.

Implantar midiateca, pontos de leitura e de encontros na Biblioteca Central.

Atualizar e ampliar os acervos das Bibliotecas Distrital e Ramais.

Ampliar e adequar as Bibliotecas Públicas às necessidades individuais dos usuários com deficiência (acervo Braile, lupa, entre outros).

Criar Pontos Municipais de Culturas de múltiplas linguagens artísticas, tendo caráter fixo e móvel.

Criar o Projeto Barracão de Zinco, parceria entre poder público e escolas de samba objetivando a formação de jovens profissionais, a partir de suas próprias comunidades, para atuar em suas escolas e no carnaval.

Produção Sustentável

Incentivar o crescimento e fortalecimento do empreendedorismo cultural local buscando parcerias com iniciativas privadas, governamentais e órgãos internacionais.

Diversificar a Feira de Artesanato ampliando-a para os parques da cidade, alcançando caráter multicultural e visando promover a valorização de artesãos e artistas.

Criar, em lugares determinados, Feira de Gastronomia integrada à Feira de Artesanato.

Reestruturar a Orquestra Sinfônica, buscando alternativas de sustentabilidade.

Memória e Patrimônio Cultural

Implantar o Programa Memória nos Bairros.

Realizar o Inventário de Patrimônio Cultural.

Gestão

Realizar mapeamento cultural com mecanismos concretos de atualização e divulgação.

Realizar pesquisa de consumo e práticas culturais da população.

Desenvolver estratégias de formação e ampliação de públicos com programa descentralizado de ação cultural.

desenvolvimento econômico
e financiamento da cidade

SANTO ANDRÉ QUE NUNCA PÁRA



Na foto maior, Pólo Petroquímico. Acima, Eixo Tamanduatehy, qualificação urbana do centro comercial da Vila Luzita (Cidade Policêntrica) e Centro de Negócios e Serviços Sacadura Mais Igual.

As administrações do PT em Santo André foram responsáveis pelas mais significativas transformações em busca de uma nova dinâmica socioeconômica local e da região nos últimos anos. Com o fim do “milagre econômico” nos anos 70, e depois do “choque do petróleo”, o Grande ABC atravessou um dos períodos mais difíceis de sua história. O processo de desindustrialização que se iniciou nos anos 80, intensificou-se nos anos 90 com a guerra fiscal que contou, ainda, com uma abertura econômica “non sense” patrocinada pelo governo Collor e pelo estabelecimento de instrumentos de controle monetário que asfixiaram a indústria brasileira nos governos FHC. Todas essas ações, neoliberais, perduraram por mais de duas décadas e impactaram sobremaneira no financiamento do município, no emprego e na qualidade de vida dos cidadãos.

Como maior reflexo dessa situação, por um lado, a queda vertiginosa da participação municipal na arrecadação do ICMS do Estado, que em meados dos anos 70 beirava os 5% e, em 1996, era menor que 2%. Por outro, o aumento significativo das responsabilidades do município a partir da nova Constituição (1988) e da ineficiência dos governos do Estado e Federal em dar respostas às crises sucessivas que passaram todas as regiões metropolitanas brasileiras, principalmente nas áreas de emprego, habitação, saneamento, saúde, educação e segurança.

Entre 1989-1992, medidas para reverter a desindustrialização foram iniciadas, principalmente no que se refere à melhoria da infra-estrutura urbana, criação de fóruns e canais de diálogo com o empresariado e discussão do futuro de Santo André com destaque para o desenvolvimento do setor de comércio e serviços. Essas iniciativas foram total-

mente interrompidas na gestão seguinte, no momento de maior crise do ABC.

A partir de 1997, com Santo André vivendo os reflexos dessa crise acentuada e índices de desemprego alarmantes, o governo Celso Daniel liderou ações que tornaram-se referências brasileiras de recuperação da economia local como a criação da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC e da Câmara Regional do ABC, que reuniu, pela primeira vez, prefeitos, sociedade civil e governo do Estado para montar uma agenda positiva de compromissos de curto, médio e longo prazos em frentes como a infra-estrutura urbana, desenvolvimento econômico, inclusão social e qualidade ambiental.

Santo André iniciou um processo de reversão econômica de áreas degradadas com a desindustrialização integrando o desenvolvimento urbano e econômico em projetos como o Eixo Tamanduatehy, Cidade Pirelli e a Cidade Policêntrica, focando o desenvolvimento dessas regiões a partir de intervenções e operações urbanas.

A inauguração de shopping e a atração de importantes prestadores de serviços como universidades, hotéis e redes de varejo para a região da avenida Industrial são exemplos de grande sucesso. O acentuado desenvolvimento comercial e de serviços da avenida dos Estados, principalmente no trecho entre a divisa de Mauá e o centro de Santo André é outro exemplo, assim como a expansão e chegada de novas empresas.

O destaque, no atual governo, fica por conta da recente expansão do Pólo Petroquímico. Depois de décadas de estagnação e ameaças de mudança e fechamento das principais empresas, graças à política de fortalecimento do setor plástico no ABC e o amplo diálogo com empresários e o governo Lula por meio do GT Petroquímico do Consórcio

Intermunicipal, coordenado pelo prefeito João Avamileno, o Pólo atravessa sua maior expansão em mais de 50 anos de existência, com investimentos de mais de R\$ 2 bilhões em toda a cadeia produtiva, com geração de milhares de empregos.

Em outra ponta, Santo André desenvolveu importantes iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda que, com o tempo, se estabeleceram como política municipal de Trabalho e Economia Solidária, com objetivo de reduzir as desigualdades sociais por meio do trabalho decente e do incentivo à economia solidária e popular.

São exemplos dessa política o Centro Público de Emprego Trabalho e Renda, Incubadora Pública de Economia Popular Solidária, Portal da Economia Solidária, Central de Serviços Autônomos e Banco do Povo Crédito Solidário, além de ações de desenvolvimento na Vila de Parana-piacaba com base no fortalecimento do turismo histórico, cultural e ambiental.

Esse conjunto de iniciativas possibilitou melhorias socioeconômicas significativas. Hoje Santo André possui o maior índice de empregos formais dos últimos anos. Foi a campeã de investimentos industriais no Estado de São Paulo, segundo levantamento do SEADE, entre 2005 e o primeiro semestre de 2006. Seu PIB evoluiu 12% entre 2002 e 2005 e o comparativo no número de empreendimentos entre 2000 e 2007 apontou expansão de 80% no setor industrial, 53% no de serviços e 40% no comercial, números que se ampliaram por conta dos reflexos do crescimento da economia e da legalização de micro e pequenas empresas.

Mas ainda assim há muitos problemas a serem enfrentados. O crescimento do emprego ainda se dá pelo setor de comércio e serviços com uma média de renda salarial baixa em comparação com a indústria, e é preciso intensificar a qualificação dos trabalhadores para a nova fase de expansão econômica.

Mesmo com aumento do investimento e da produção, o índice de participação no ICMS tem caído sistematicamente, o que aponta a necessidade de melhorar a fiscalização em conjunto com outras esferas de governo.

É preciso incentivar uma nova fase de

desenvolvimento a partir dos diversos centros de bairros da cidade e ampliar o mix de pequenas e médias empresas exportadoras.

A capacidade de investimento municipal, hoje, é baixa e a população apresenta um alto grau de demandas tanto pela ampliação de serviços como na qualificação dos existentes.

Os desafios são tão grandes quanto aqueles de dez anos atrás, mas hoje eles são pela qualificação do desenvolvimento, incentivando as novas tecnologias industriais e sofisticação dos serviços, utilizando positivamente as vantagens de uma cidade moderna, dinâmica e com uma boa infra-estrutura urbana.

concepção

As quatro gestões petistas à frente da administração municipal trabalharam pelo desenvolvimento sustentável e qualidade de vida do cidadão andreense. Mesmo diante do processo de desindustrialização, os governos sempre defenderam a qualificação, atualização e modernização do parque produtivo como forma de enfrentar a concorrência interna e externa, deixando de lado a fácil moeda de troca da guerra fiscal, que interfere de forma predadora nas regiões que as utilizam.

Buscando o caminho do diálogo e da construção de consensos foi possível estabelecer pactos que hoje começam a dar resultados. E a Frente Santo André Ainda Melhor vai, em seu governo, aprofundar essa lógica, apostando no desenvolvimento como marca de crescimento para a cidade, estabelecendo o diálogo permanente com todos os segmentos empresariais e investindo no fortalecimento de setores que podem garantir uma nova fase de expansão da economia.

O investimento na micro e pequena empresa, o fortalecimento das exportações e o estabelecimento de ferramentas que possibilitem criar novos arranjos produtivos locais (APL) estão na pauta de desenvolvimento, assim como a Cidade Policêntrica estimulando e qualificando as atividades produtivas, comércio e serviços locais, com o propósito de criar novos nichos e mercados a fim de manter e atrair o consumidor e fazer novos negócios.

A economia solidária será outra diretriz de ação, com políticas para uma população que, historicamente, tem ficado excluída do mercado de trabalho e dos novos métodos de produção. Com esse público teremos ações transversais que articulem instrumentos das áreas de educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento, tecnologia, saneamento ambiental, crédito e financiamento. Há de se perceber a diversidade dos sujeitos e das suas demandas, permitir acesso múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, promovendo a redistri-

buição de renda, bens e recursos que permitam acesso aos direitos sociais, que promovam o desenvolvimento sustentável e reconheçam e fortaleçam a organização social.

Em relação à máquina administrativa, buscaremos a otimização e eficiência da gestão tributária, parcerias para fiscalização e troca de informações e monitoramento. Queremos, ainda, desenvolver projetos, intercâmbios de experiências, transferência de tecnologia e formação de recursos humanos com municípios e organismos internacionais para atender às nossas necessidades locais.

propostas de ação

Gestão para o Desenvolvimento

Ampliar o perfil do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico integrando-o às ações oriundas dos Governos Regionais.

Aprofundar as ações de desburocratização para a abertura e fechamento de empresas no município, possibilitando o trâmite rápido de processos.

Criar e implementar o Plano de Desenvolvimento Sustentável para toda a região de mananciais.

Implantar um Centro Integrado de Atendimento ao Empresário que possibilite unificar os diversos serviços e licenciamentos municipais, podendo realizar parcerias com demais órgãos reguladores e de atendimento às empresas.

Incentivar os Arranjos Produtivos Locais levando em consideração as características dos empreendimentos no âmbito dos Governos Regionais.

Fomento ao Comércio

Expandir o Programa Cidade Policêntrica com intervenções urbanas, associativismo e qualificação do comércio e dos serviços regional.

Incentivar instalação de âncoras (tais com agências bancárias) em pontos estratégicos da cidade.

Desenvolver o Portal de Comércio.

Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Facilitar às micro e pequenas empresas do município o acesso às licitações públicas como possibilidade de estímulo ao desenvolvimento econômico local.

Apoiar e articular as micro e pequenas empresas localizadas nas regiões dos Governos Regionais, promovendo a articulação com as comunidades do entorno.

Grandes Empresas

Intensificar os canais de comunicação entre a Prefeitura e as grandes empresas da cidade.

Realizar investimentos estratégicos na cidade (infra-estrutura e logística) que possibilitem a recepção e manutenção das grandes empresas.

Turismo

Atrair o segmento de hotelaria com o objetivo de ampliar investimentos no município.

Articular com outros municípios a criação de roteiros regionais (patrimônio ferroviário, patrimônio industrial e gastronômico).

Elaborar um plano de desenvolvimento turístico para a cidade, priorizando o turismo cultural, pedagógico, de negócios e o ecoturismo.

Articular com a iniciativa privada, a implantação de um Centro de Convenções no município de Santo André, em uma localização estratégica, de fácil acesso, projetando e instalando infra-estrutura turística compatível em seu entorno.

Promover o turismo de negócio, com o uso integrado dos recursos culturais e naturais existentes na área urbana e de mananciais.

Economia Solidária

Constituir e fortalecer Rede de Cooperação – Cadeia de Coleta de Materiais Recicláveis – articulada nas regiões dos Governos Regionais.

Descentralizar a atuação do Centro Público de Emprego Trabalho e Renda para as regiões dos Governos Regionais e ampliar o atendimento para os trabalhadores autônomos e da economia solidária.

Implantar Rede de Comercialização, Arranjos Produtivos e Pólos Regionais da Economia Solidária articulados nos Governos Regionais.

Criar programa de incubação de empresas sociais.

Ampliar as linhas de créditos para empreendimentos econômicos solidários.

Ampliar as parcerias com universidades, fundações e Sistema S para o aprimoramento da Política de Trabalho da Economia Solidária.

Criar Fundo Municipal de apoio à Política de Trabalho e Economia Solidária e seu respectivo conselho.

Implantar Centro Público de Formação e Comercialização em Economia Solidária.

Incentivar a criação de bancos comunitários e fundos rotativos solidários articulados nas regiões dos Governos Regionais.

Inserir os princípios da economia solidária no currículo escolar da rede municipal de ensino.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Criar o Fundo Municipal de Inovação.

Criar Núcleo de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de intensificar o intercâmbio acadêmico e tecnológico com o setor empresarial.

Fortalecer a Incubadora Tecnológica (IN.NOVA) por meio de parcerias com universidades e empresas do município.

Sistema de Apoio à Exportação

Criar Unidade de Inteligência Comercial, com a formação de banco de dados e informações em tempo real de países que importam de empresas brasileiras com valores, produtos e regiões.

Desenvolver o Projeto Comprador com objetivo de trazer potenciais compradores dos produtos manufaturados em Santo André.

Realizar missões empresariais no exterior com identificação de mercados alvos.

Realizar o Encotrader, reunião das empresas de representação de importação e exportação (traders) para a apresentação do potencial do mercado de empresas exportadoras de Santo André.

Realizar rodadas de negócios com empresários locais para o estímulo à exportação.

Relações Internacionais

Apresentar as políticas e projetos de Santo André para concorrer a prêmios, concursos e postos de destaque na agenda internacional.

Atrair investimentos e estimular negócios estrangeiros com o empresariado local.

Atuar ativamente no processo de internacionalização das cidades.

Construir uma agenda de relações internacionais para o município envolvendo relações bilaterais (cidades irmãs e cooperação técnica. Exemplo: Gepam) e multilaterais (Rede URB-AL, Redes de Cidades, Mercocidades, UCGL e parcerias com agências da ONU).

Desenvolver projetos e parcerias com entidades internacionais, governamentais e não governamentais.

Estabelecer relações com entidades e organismos internacionais de cooperação técnica.

Captação de Recursos Nacionais e Internacionais

Construir uma agenda com os ministérios e entidades nacionais, regionais e estaduais para o desenvolvimento de projetos e parcerias para o município.

Acompanhar a agenda internacional dos ministérios, especialmente a agenda de cooperação bilateral e trilateral.

Montar uma carteira com os projetos prioritários do governo, garantindo agilidade nas suas apresentações.

Identificar as fontes de recursos externos, nacionais ou internacionais, públicos ou privados (ênfase na oferta) e estabelecer contatos para o acompanhamento permanente de oportunidades oferecidas e na tramitação de projetos.

Captar recursos a partir dos instrumentos concebidos pelo Protocolo de Quioto.

Financiamento da Cidade

Implantar e fortalecer sistemas de controle eficazes de combate à sonegação fiscal.

Estudar formas de incentivos fiscais à iniciativa privada pela adoção de programas de saúde, educação e segurança entre outros.

Ampliar as ações públicas de parceria voltadas à prestação de serviços públicos de qualidade com a participação das entidades privadas sem fins lucrativos.

Ampliar a captação de parcerias nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações de ponta nos mais diferentes setores de atuação pública.

Implantar sistemática de cobrança da dívida ativa de maneira ágil, tanto no formato amigável como judicial.

Implantar e fortalecer sistemas de acompanhamento e controle das receitas transferidas pelo Estado e pela União.

Participar ativamente das discussões da reforma tributária em andamento, em especial da composição dos critérios de rateio do ICMS destinado aos municípios.

Desenvolver, em conjunto com outras municipalidades, bem como entidades municipais e academia, processo de rediscussão do Pacto Federativo, buscando fortalecer a participação dos municípios nas ações públicas diretamente ligadas à prestação de serviços ao munícipe, com o correspondente financiamento.

Discutir a repactuação dos valores transferidos do IPVA, dado o processo de municipalização dos serviços de trânsito.

Discutir com os demais municípios do Grande ABC um sistema tributário que seja justo para cada um dos diferentes municípios, sem provocar o retomo de uma guerra fiscal entre os mesmos.



CRESCER COM SUSTENTABILIDADE

O processo de urbanização de Santo André, marcado pela industrialização durante a maior parte do século XX, seguiu o típico padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento e gestão das cidades brasileiras. Se por um lado o alto grau de investimentos privados e estatais permitiu à cidade investir em infra-estrutura e equipamentos e tornar-se cidade dinâmica e moderna, por outro, tal padrão não criou condições suficientes e adequadas de acesso à terra urbana e à moradia para a população mais pobre.

Depois de 1990, os abalos decorrentes da abertura da economia e da modernização tecnológica (transferência de empresas, diminuição do emprego) modificam o paradigma de cidade industrial. A migração e expansão demográfica na área urbana reduzem-se e crescem as áreas de comércio e serviços.

Tais transformações ocasionaram mudanças sobre o desenvolvimento e os usos dos diferentes espaços da cidade: agravaram-se as desigualdades sociais, com o adensamento das áreas precárias e crescimento da população em favelas; a pouca oferta de terrenos vagos convivendo com a existência de grandes áreas desocupadas nas áreas centrais; despovoamento do centro em paralelo à ocupação acelerada de áreas ambientalmente sensíveis na periferia sul da cidade e nos mananciais.

As administrações populares a partir de 1989, com um intervalo conservador entre 1993 e 1996, procuraram alternativas para reverter esse quadro. Construíram uma política habitacional, ampliando o atendimento e a produção de habitação para a população de menor renda. Retiraram obstáculos anacrônicos a novos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, e procuraram recuperar a área do Eixo Tamanduatehy como vetor de crescimento econômico. Adequaram a legislação de uso e ocupação do solo às novas demandas



Acima, revitalização da Avenida Industrial, Parque Central e vista aérea do núcleo urbanizado do Sacadura Cabral

e necessidades. Operações urbanas articularam investimentos públicos e privados em obras de recuperação e revitalização de áreas da cidade tais como a avenida Industrial.

Essas medidas deparavam-se, porém, com um obstáculo para que pudessem se articular numa nova política de desenvolvimento, incluída e nos marcos da Reforma Urbana: a ausência de regulação nacional para tal política a partir dos princípios constitucionais da função social da propriedade e da cidade. Isso aconteceu em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, que criou instrumentos e estabeleceu diretrizes gerais da política urbana no país para fazer cumprir as funções sociais da cidade, a serem corporificadas nos planos diretores locais.

Entre 2002 e 2004 Santo André elaborou seu Plano Diretor de forma matricial e com amplo processo de participação popular, tendo sido considerado pela Fundação Getúlio Vargas uma das 30 melhores práticas de gestão pública do Brasil.

O Plano Diretor estabeleceu regras para a ação dos agentes que atuam no espaço urbano, associou planejamento e gestão e traçou como princípios da política urbana: a função social da cidade, entendida como o direito à cidade, à terra urbanizada e à moradia, à infra-estrutura e aos serviços públicos, ao transporte coletivo e à mobilidade urbana, ao trabalho, à cultura e ao lazer; a função social da propriedade, regulando-a de forma a permitir que usos fundamentais encontrem lugar no espaço urbano; a

sustentabilidade, visando o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável; e a gestão democrática e participativa em todo o processo de planejamento.

Um primeiro diagnóstico da política urbana estabelecida no Plano Diretor deve levar em conta que a reversão do padrão excludente e segregador que marcou o crescimento da cidade, para outro marcado pela democratização da cidade e do espaço urbano, não é algo imediato ou de curto prazo. Ainda assim, os primeiros resultados dessa política já aparecem. A notificação dos grandes terrenos vazios ou subutilizados para parcelamento ou edificação compulsórios tem feito com que inúmeros imóveis comecem a receber projetos e construções, o que, além de ativar a economia, combate a retenção especulativa da terra e ajuda a regular o seu preço.

A combinação da demarcação de algumas dessas glebas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para fins de Habitação de Interesse Social (HIS), com a ação de aquisição de algumas dessas terras como pagamento de dívidas, tem ampliado as áreas destinadas à HIS, bem como aumentado o estoque de terras para equipamentos públicos, praças e áreas verdes. Para essa ampliação colabora, também, a obrigatoriedade, estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação e Parcelamento do Solo (LUOPS, complementar ao Plano Diretor), de doação ao Poder Público de 15% da área em grandes empreendimentos.

A aplicação do instrumento da ou-

torga onerosa do direito de construir, além de estabelecer a “igualdade” no potencial construtivo dos terrenos, tem ajudado a regular o adensamento de regiões da cidade, adequando-o à infra-estrutura existente, à proteção da paisagem urbana, e aumentado os recursos para HIS e infra-estrutura e equipamentos urbanos nas regiões mais carentes da cidade.

O desafio que se coloca, num quadro de grande aquecimento da economia, em particular do mercado imobiliário voltado à habitação de médio e de alto padrão, é elaborar estratégia que faça com que a aplicação dos instrumentos de política urbana, ao mesmo tempo que permita regular os agentes econômicos, de modo a minimizar efeitos não desejáveis desse aquecimento – como a valorização excessiva do preço da terra e dos imóveis – consiga maior diversificação dos novos empreendimentos na cidade, induzindo o uso por atividades produtivas de grande valor agregado, impulsionando o desenvolvimento econômico, e viabilizando usos tais como HIS e equipamentos públicos.

concepção

A política de desenvolvimento urbano da Frente Santo André Ainda Melhor se pautará pelos princípios e objetivos traçados pelo Plano Diretor, seus planos setoriais e leis complementares e pela implementação dos seus instrumentos urbanísticos, aos quais incorporará novas diretrizes advindas do processo de monitoramento e diagnóstico dessa política, buscando:

- promover o desenvolvimento econômico local, social e ambientalmente sustentável;
- garantir o direito universal à moradia digna, à terra, aos serviços públicos de qualidade, aos equipamentos sociais, espaços verdes e de lazer;
- reverter o processo de segregação socioespacial na cidade, aumentando a oferta de moradias populares em

áreas centrais e melhor localizadas;

- promover o equilíbrio entre proteção e ocupação das áreas de mananciais, assegurando sua função de produtora de água;
- conter a ocupação habitacional ao sul da área urbanizada;
- promover a justa distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização;
- combater a retenção especulativa de imóveis vazios, fazendo cumprir a função social da propriedade;
- adequar o adensamento à capacidade de suporte do meio físico e da infra-estrutura;
- estabelecer parcerias entre setores público e privado em projetos de urbanização, ampliação e transformação dos espaços públicos da cidade;
- consolidar a Cidade Policêntrica, estimulando, estendendo e qualificando o comércio, as atividades produtivas, o serviço público, o lazer e a ação cultural nos bairros;
- compatibilizar o planejamento regional no âmbito dos Governos Regionais com o Plano Diretor;
- proteger o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico;
- aumentar a eficiência econômica da cidade, reduzindo os custos operacionais para os setores público e privado, agilizando procedimentos e prazos;
- consolidar o projeto Eixo Tamanduatehy, entendendo a região como lugar estratégico para o desenvolvimento econômico, urbano, social e ambiental da cidade;
- estabelecer parcerias com institutos de ensino e pesquisa visando a produção de conhecimento científico e formulação de soluções adequadas às políticas públicas urbanas;
- reduzir as desigualdades sociais que se refletem no território;
- reforçar os mecanismos de planejamento e gestão participativa;
- associar o planejamento local ao da região do Grande ABC.

propostas de ação

Aplicar Instrumentos do Plano Diretor

Implantar o Sistema de Informações Municipais para monitorar a aplicação dos instrumentos do Plano Diretor e avaliar seus efeitos com vistas ao processo de revisão.

Modernizar e atualizar as ferramentas de monitoramento e controle da gestão urbanas tais como foto aérea, geoprocessamento, sistema de informação e bancos de dados.

Garantir ampla participação social no processo de revisão do Plano Diretor.

Combater a Especulação Imobiliária

Implementar a progressividade tributária no tempo e sua cobrança para os grandes proprietários que não dêem função social a seus imóveis, reforçando seu caráter de instrumento de combate à retenção especulativa de terras e de indução ao uso e estímulo ao desenvolvimento social e econômico.

Realinhar as alíquotas da progressividade dos imóveis não-edificados, independente da notificação (progressividade “no espaço”).

Implementar o monitoramento constante dos imóveis que permaneçam não edificados ou subutilizados para evitar manobras ou fraudes à obrigação de parcelamento ou edificação.

Iniciar a notificação dos imóveis edificados, mas não utilizados.

Construir o Planejamento da Região do Grande ABC

Provocar os demais municípios no sentido de colocar a questão urbano-regional na agenda.

Provocar os demais municípios da região do Grande ABC para o debate sobre o planejamento metropolitano, inclusive o acompanhamento da legislação que tramita na Assembléia Legislativa do Estado.

Trabalhar a idéia de compatibilizar os planos diretores municipais e levar ao debate a elaboração de um Plano Diretor da região.

Aperfeiçoar Política de Aquisição e Gestão de Áreas Públicas

Aperfeiçoar cadastro de áreas públicas, incrementando as informações acerca da origem, destinação pretendida e impedimentos ao uso, disponibilizando estes dados para controle social.

Definir hipóteses, critérios e volume de consórcios imobiliários a serem implementados, tendo por objeto a produção de habitação de interesse social.

Fazer chamamento público aos proprietários com dívidas e que tenham interesse na solução de seus débitos mediante dação em pagamento.

Reexaminar as concessões e permissões de uso de terras públicas verificando se as condições estipuladas para o uso, eventuais contrapartidas e o interesse público no uso privativo ainda permanecem.

Aperfeiçoar o Licenciamento e o Controle do Uso e da Ocupação do Solo

Agilizar o trâmite, análise e aprovação de novos licenciamentos de construção e de atividades, articulando aprovação e licenciamento ambiental por meio da criação de Câmara Única de Análise, desburocratizando procedimentos.

Desenvolver a Construção Sustentável

Propor o conceito de construção sustentável na legislação e na revisão do Plano Diretor.

Desenvolver o Eixo Tamanduatehy e Receber de Forma Sustentável o Rodoanel

Consolidar o Projeto Eixo Tamanduatehy, entendendo a região como lugar privilegiado

e estratégico para o desenvolvimento de Santo André.

Construir canais de participação com os atores sociais envolvidos com o Projeto do Eixo.

Estabelecer regulamentação específica, complementar ao Plano Diretor, com instrumentos que induzam aos usos desejáveis para o Eixo como, por exemplo, novas indústrias, ampliação das existentes ou empreendimentos produtivos de grande valor agregado, compatibilizando-os com outros usos previstos (habitacional de interesse social, equipamentos públicos e projetos de recuperação ambiental entre outros), bem como para a região afetada pela implantação do Rodoanel, entendendo-o como oportunidade de investimento, compatibilizando tal objetivo com o desenvolvimento social e ambiental, a partir das seguintes ações:

gravar áreas para fomentar a ocupação desejável e sustentável, como, por exemplo, para a expansão do Pólo Petroquímico;

monitorar e minorar eventuais impactos ambientais ou sobre o mercado de terras como, por exemplo, a valorização excessiva da terra;

aplicar instrumentos previstos no Plano Diretor e Estatuto das Cidades como, por exemplo, o direito de preferência ao poder público na comercialização de terras.

Revitalizar os Centros

Valorizar o centro principal e os centros de bairro, integrando ações urbanísticas, serviços públicos qualificados, apoio ao desenvolvimento econômico local, resgate e preservação da memória, valorização dos espaços de vivência coletiva e interlocução com os usuários e suas representações sociais.

Compatibilizar as ações nos centros de bairro com o Plano Diretor Municipal.

Estabelecer parcerias público-privadas visando a manutenção dos centros.

Disciplinar a publicidade evitando a poluição visual.

Ordenar os espaços públicos dos centros encontrando soluções para a economia informal instalada.

Implementar as ações e monitorar os resultados da legislação da Zona Especial de Interesse Comercial (ZEIC) do centro da cidade, buscando viabilizar seus objetivos de desenvolvimento econômico, incremento das atividades culturais e de lazer, proteção do patrimônio cultural, repovoamento (inclusive com habitação de interesse social ou de mercado popular), requalificação urbanística e ambiental.

Regulamentar a Macrozona de Proteção Ambiental

Regulamentar a Macrozona de Proteção Ambiental em consonância com os pressupostos da Lei Específica da Bacia Billings, com parâmetros urbanísticos específicos para as áreas de mananciais.

Consolidar a Gestão Participativa da Política Urbana

Consolidar o Conselho Municipal de Política Urbana como órgão deliberativo de caráter participativo da política urbana do município.

Promover com mais constância audiências públicas sobre projetos de Lei, projetos e ações de impacto.

Realizar as Conferências Municipais de Política Urbana a cada dois anos, tendo a Primeira Conferência, como principal objetivo, preparar a revisão do Plano Diretor.

Realizar as assembléias territoriais de política urbana, instrumento de democratização da gestão previsto no Plano Diretor.

GARANTIR O ACESSO AO ENSINO



Santo André conta com 26.740 alunos matriculados na Educação Básica da rede municipal de ensino, nas 44 EMEIEF e 22 creches municipais, divididos entre Educação Infantil (4.310 alunos em creches e 4.870 alunos nas EMEIEF) e primeira fase do Ensino Fundamental, com 17.560 alunos. Na Educação de Jovens e Adultos, 7.860 alunos são atendidos nas EMEIEF, sete Centros Públicos de Formação Profissional e núcleos do MOVA.

Desde 2003, a Secretaria de Educação e Formação Profissional assumiu a

gestão do Lar São Francisco de Assis que conta, atualmente, com oito casas abrigo assistindo 138 crianças e adolescentes de zero a 17 anos e 11 meses em situação de vulnerabilidade social e risco. O convênio com creches assistenciais beneficia 2.546 crianças entre três meses e seis anos e 11 meses. A Prefeitura também autoriza o funcionamento e a supervisão educacional das 125 escolas particulares em educação infantil que contam com cerca de 6.500 alunos.

Em 2005, implantou-se o Ensino Fun-



Atividade no Sabina, Escola Parque do Conhecimento, mais vagas nas escolas municipais e um dos laboratórios de informática nos CESA.

damental de nove anos na rede municipal e todas as crianças que completam seis anos têm, agora, um ano a mais de escolaridade. O Regime de Colaboração com a rede estadual divide o atendimento à demanda dos alunos de sete anos, com 60% deles entrando na rede municipal.

Na gestão 2005-2008 houve reforma e adaptação de acessibilidade em todas as unidades escolares e aquisição de ajuda técnica (lupas, cadeiras de roda e outros materiais) para aprimorar a inclusão de aproximadamente 800 alunos entre crianças, jovens e adultos com deficiência.

As escolas possuem laboratório de informática para os alunos, 80% com acesso à internet. Comunidade escolar e do entorno utilizam os laboratórios com supervisão e orientação de monitores nos horários noturno e finais de semana.

Desde 2004 são distribuídos material escolar e mochila para todos os alunos da rede. Crianças de creches contam com cinco refeições e a alimentação escolar beneficia, diariamente, mais de 24 mil alunos, sendo que 80% destes recebem complementação alimentar com o café da manhã ou da tarde nas EMEIEF.

São 1.800 professores contratados em regime estatutário, 95% com graduação universitária, sendo 60% com uma ou duas pós-graduações na área de educação. O módulo de professores em todas as unidades escolares foi ampliado, trabalhando a lógica de mais profissionais que atendem às necessidades dos projetos de cada escola. São mais 700 funcionários entre auxiliares administrativos, merendeiras, motoristas, lactaristas, operacionais e frente de trabalho (GTIS).

O Centro de Formação dos Professo-

res oferece, permanentemente, palestras, oficinas, encontros e cursos para todos os profissionais de educação. Em 2007 foram 11.300 participantes. De 2003 a 2008, 300 professores realizaram pós-graduação oferecida pela Prefeitura nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Tecnologia Aplicada à Educação e Gestão Pública em convênios firmados com a USP, Fundação Santo André e Universidade Federal do ABC. Outros 200 professores participaram de cursos de graduação em pedagogia na Fundação Santo André.

Os conselhos de Escola se aprimoram permanentemente. Atualmente os recursos são descentralizados garantindo autonomia de gestão.

A frota de transporte com 35 ônibus escolares atende, prioritariamente, alunos da rede municipal. São mais de 200 mil usuários por ano. A Secretaria de Educação e Formação Profissional conta, ainda, com dez vans, um microônibus, sete Kombis, três ônibus, três caminhões baú e dez veículos de passageiros.

Os dez Centros Educacionais de Santo André (CESA) oferecem educação formal, complementação curricular e contam com a participação da comunidade em atividades esportivas, de lazer e culturais que incentivam a expressão da identidade cultural e comunitária dos indivíduos. São mais de 80 mil usuários por mês utilizando esses espaços.

A Sabina – Parque do Conhecimento, inaugurada em 2007, e por onde passaram 120 mil visitantes em seu primeiro ano de atividade, possibilita aos alunos e população a descoberta dos conceitos das ciências e tecnologia em salas de

exposições temáticas, aquário com diversos tipos de animais marinhos e, em breve, um observatório astronômico.

concepção

A concepção de educação implementada pelos governos do PT em Santo André defende o acesso aos serviços educacionais enquanto direito inalienável de todo cidadão, materializado numa escola pública de qualidade, gratuita, universal, laica, democrática e inclusiva.

A política educacional deve inspirar-se nos valores humanos fundamentais como democracia, solidariedade, justiça, liberdade, tolerância, respeito e equidade, na promoção do desenvolvimento e realização das pessoas e da cidade.

É neste exercício, com construção de novos espaços de formação crítica numa perspectiva democrática, que é possível relacionar-se, produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e saberes que configuram um novo patamar de prática da cidadania e de desenvolvimento da autonomia.

Santo André é uma cidade educadora, membro da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), que prioriza no processo de formação a perspectiva do desenvolvimento de seus habitantes para e pela cidadania, começando pelas crianças e jovens.

Conhecer as infâncias, adolescências e juventudes que temos em nossa cidade é ponto de partida para a construção de uma política pública que não segregue gerações. Portanto o protagonismo infanto-juvenil, tomando a criança e o jovem como sujeito de seu aprendizado, será uma das marcas de governo.

Ao participar, desde bem cedo, é que aprendemos a exercer a cidadania, e, no governo da Frente Santo André Ainda Melhor, as crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas terão voz, participando, segundo seu grau de amadurecimento, dos espaços formais, não-formais ou informais.

Como eixo estruturante dessa concepção pedagógica-educacional, a Educação Inclusiva integra e pressupõe a

interdependência de três diretrizes fundamentais: Qualidade Social da Educação, Democratização da Gestão e Democratização do Acesso e Permanência.

Definindo a dimensão da qualidade em educação na perspectiva da qualidade social, o conhecimento é um instrumento de interpretação da realidade e de articulação das ações e valores necessários e possíveis para transformá-la.

Por esta razão, a escola deve ser entendida como um espaço de troca e elaboração de experiências e de conhecimentos, formando sujeitos que experimentem, desde cedo, a transformação da realidade, levando-se em conta os tempos e ritmos de cada aluno: nisso reside o sentido pedagógico da inclusão e do que temos chamado de qualidade social da educação. Para tal é fundamental valorizar os profissionais da educação.

Valorizar a Qualidade Social da Educação significa, também, formular propostas que articulem uma rede de proteção à infância, adolescência e juventude com a ampliação de investimentos nas políticas públicas e serviços voltados a estas questões.

Democratizar a Gestão significa configurar todos os equipamentos educacionais enquanto espaços de construção de uma nova prática cidadã que incorpore, no cotidiano escolar, procedimentos para a participação efetiva das pessoas na tomada das decisões que dizem respeito ao trabalho profissional, planejamento e avaliação dos serviços prestados. À escola compete buscar caminhos para avançar na radicalização da democracia e no fortalecimento de uma cultura de paz.

A Democratização do Acesso e Permanência na Educação Básica, inclusive àquelas pessoas que não tiveram acesso à escola na faixa etária esperada ou dela foram excluídas, não diz respeito apenas ao ingresso nos ambientes escolares, mas a assegurar a ampla participação dos cidadãos e cidadãs nos fóruns existentes e nas atividades educacionais.

propostas de ação

Ampliar o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade.

Adequar a legislação vigente, relativa aos trabalhadores da educação com a efetiva participação dos mesmos.

Ampliar e incentivar a participação da comunidade nas ações das unidades escolares.

Articular e fortalecer os diversos espaços coletivos de discussão (Conselho Municipal de Educação, Conselho de FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente).

Ampliar e qualificar a frota de transportes adaptados da Secretaria de Educação e Formação Profissional.

Ampliar os Núcleos de Práticas Educacionais Inclusivas (NUPEI) para atendimento pedagógico voltado para alunos com deficiência incluídos nas unidades escolares.

Consolidar o conceito de CESA como uma referência de política pública de atendimento integrado - aparato de educação, cultura, esporte e lazer, que prima pela qualidade dos espaços, serviços e matricialidade das propostas educacionais.

Estabelecer parcerias com as universidades e institutos para o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos, bem como para indicadores de qualidade.

Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para qualificação profissional.

Estender a política de atendimento educacional integrado às demais unidades escolares.

Garantir que os processos de reorientação curricular do sistema municipal de educação sejam construídos a partir das diversas áreas do conhecimento, da realidade escolar, bem como da valorização dos saberes populares, envolvendo toda comunidade escolar.

Garantir ajudas técnicas e aquisição de mobiliário adaptado para deficientes.

Incentivar e favorecer a organização de conselhos mirins em todas as EMEIEF.

Identificar, por meio do Observatório de Políticas Públicas, quais os cursos mais adequados às necessidades das regiões da cidade.

Planejar ações integradas com os governos Estadual e Federal, como forma de ampliar projetos e serviços que melhorem a qualidade de vida dos andreenses.

Planejar a médio e longo prazos a ampliação do atendimento das etapas da educação básica, infantil, fundamental (primeira fase) e educação de jovens e adultos.

Promover o intercâmbio entre a produção acadêmica, trocas de experiências e prática educacional.

Propor cursos profissionalizantes integrados à elevação de escolaridade (ensino fundamental) para jovens, adultos e deficientes, que considerem e respeitem suas necessidades e potencialidades, permitindo sua inserção no mercado de trabalho.

Realizar Congresso Municipal de Educação bianual, assim como seminários e conferências, garantindo a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Retomar o Fórum de Educação e Cidadania, ampliando-o para a Cultura de Paz.

Fundação Santo André

Debater com a comunidade acadêmica e a sociedade o caráter da instituição, analisando as várias formas possíveis de gestão tais como a federalização, estadualização ou um novo modelo municipal.

esporte e lazer

POPULARIZAR O ESPORTE E O LAZER



Acima, atividade do Expresso Lazer, piscina de um dos CESA e uma das atividades esportivas nos bairros.

Entre 2005 e 2008 a Prefeitura desenvolveu atividades na área de Esporte a partir de três frentes: Núcleo de Educação Física, Gerência de Difusão e Núcleo de Esporte Competitivo. Por meio destes núcleos o Esporte é oferecido em seus diversos interesses, quer seja para aprendizagem, melhoria da qualidade de vida do cidadão, espetáculo esportivo ou representação da cidade, com a participação da população, de maneira autônoma, em festivais e torneios.

Foi possível, assim, atender a crianças e adolescentes com aulas de esporte nas modalidades atletismo, basquete, futebol, futsal, ginástica artística, handebol, judô, karatê, natação, tênis de mesa, voleibol e xadrez. Atendeu, também, adultos e pessoas idosas com aulas de ginástica e programa de caminhada nos parques, bem como pessoas com deficiência em aulas de natação. Estima-se cerca de 300 mil participantes entre alunos, atletas e espectadores destas ações.

O Lazer, como objeto de uma política social setorial dentro da esfera pública, recebeu atenção crescente nos últimos 11 anos na cidade de Santo André. Instituído em 1997 como departamento, essa unidade administrativa desenvolveu nesse período uma programação diversificada, descentralizada, intersectorial e com alto grau de mobilização.

A diversidade de conteúdos tratados por esta política contemplou em seus projetos: o universo dos jogos, brinquedos e brincadeiras; a riqueza de nossa cultura popular, com destaque para o circo, a capoeira, a contação de histórias, as festas juninas e as danças de salão; a jovialidade dos esportes de ação,

privilegiando o skate e o basquete de rua; e as práticas corporais alternativas, associando a saúde às vivências de liang gong, tai chi chuan, yoga, caminhadas nos bairros e fortalecimento muscular para a pessoa idosa.

Sua atuação descentralizada, configurada entre projetos permanentes e eventuais, teve como base os parques, os CESA e unidades de saúde. A partir destes locais, as políticas de lazer foram capilarizadas pelo Projeto Expresso Lazer, possibilitando às diferentes praças, comunidades e pontos da cidade, opções de diversão e desenvolvimento pessoal e social. Em 2007, essas políticas mobilizaram mais de 230 mil pessoas de diferentes condições socioeconômicas, atendendo um público cativo de crianças e jovens e conquistando, sobretudo, adultos.

Analisando a rede de equipamentos existentes na cidade – parques, CESA, praças – e considerando também os equipamentos artísticos e esportivos, verificamos certo destaque se comparados aos demais municípios do ABC. Porém, esta rede se mostra insuficiente para garantir acesso a todo município.

concepção

Patrimônio produzido historicamente pelas sociedades humanas, o esporte é considerado um importante instrumento de desenvolvimento pessoal e social. Implantar políticas públicas nesta área significa permitir à população a apropriação do hábito da prática esportiva com vistas à construção de uma vida plena e digna. Relacionada ao desenvolvimento humano, as políticas de esporte podem atuar como fortes aliadas das

políticas de saúde, educação, inclusão e controle da violência, funcionando ainda como possibilidade de trabalho e valorização da auto-estima.

Para formular e implementar, em Santo André, políticas inclusivas e de afirmação do esporte, levaremos em conta suas três manifestações reconhecidas pela Lei 9.615/ 98: o Esporte Educacional, o Esporte de Participação e o Esporte de Rendimento. Deste modo, o esporte desenvolvido no âmbito da educação básica e superior, a prática esportiva realizada em sua dimensão de lazer, e a formação esportiva sistemática que exige a performance máxima do atleta serão considerados vetores cuja ocorrência articulada, dada a relação intrínseca entre estes, irá fortalecer a política geral de esporte no município.

O lazer, compreendido pela Constituição Federal de 1988 como um direito social, é tratado em Santo André como uma dimensão da expressão huma-

na. Vivida dentro de um tempo social, materializada por meio de experiências lúdicas que buscam vivenciar situações de fantasia, vertigem, competição, contemplação, sorte ou azar, contato com o outro e com a natureza, o lazer configura-se como uma escolha pessoal destacando-se como atributo básico o prazer gerado por essa experiência. Sua função social, como objeto de intervenção do Estado, está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população.

Gerir políticas com base nessa abrangência conceitual e na constatação da existência de diferentes provedores públicos e privados de lazer, coloca como desafio o seguinte papel do poder público: articular sujeitos e atores para uma ação sistemática de governo; e desenvolver uma política de animação sociocultural focada na diversidade de interesses e na participação maciça da população.

propostas de ação

Esporte de Participação

Editar calendário esportivo e paraesportivo unindo ações regionais com ações centrais realizando torneios, jogos e festivais relacionados a certames esportivos municipais como, por exemplo, basquete, vôlei, capoeira, artes marciais, tênis de mesa e xadrez.

Reeditar os Jogos da Terceira Idade, a Meia Maratona, Jogos da Cidade, Torneio de Escolinhas de Esporte e o Festival de Ginástica.

Revitalizar os campos distritais.

Esporte Educacional

Buscar convênios e parcerias com diversas instâncias de governo para implantar projetos que desenvolvam a formação esportiva e a qualidade de vida.

Criar programas no conjunto do sistema escolar do município que apóiem e fortaleçam as práticas esportivas das escolas.

Inovar o modelo de participação das escolas nos Jogos Escolares, diversificando modalidades e criando formas de interação entre poder público e participantes.

Garantir melhoria contínua das ações do Núcleo de Natação Adaptada de Santo André (NANASA).

Promover ações de iniciação esportiva nas diferentes regiões da cidade a partir da reformulação e ampliação dos programas existentes.

Promover um intenso programa de capacitação profissional entre os professores, monitores e demais profissionais da educação física.

Esporte de Rendimento

Criar o Centro de Excelência Esportiva no Complexo Pedro Dell'Antônia para formação e aperfeiçoamento do atleta.

Desenvolver política de captação de recursos e busca de parcerias junto à iniciativa privada e outras instâncias de governo como forma de manter equipes competitivas na cidade e oferecer bolsas aos atletas iniciantes.

Revitalizar o Estádio Bruno José Daniel, visando implantar uma política de captação de grandes eventos esportivos como forma de mobilização e opção de entretenimento da população.

Animação Sociocultural

Ampliar as ações desenvolvidas nas diferentes regiões da cidade, tais como: Projeto Dois Pra Lá, Dois Pra Cá; Bailes da Cidade; Projeto Férias; Brinquedotecas; Circuitos de Esportes-Ação; Festivais de Circo e Torneios de Jogos Populares como o Truco, Pebolim e Pipas.

Criar novos programas de animação sociocultural nos parques da cidade, ampliando a atuação no número de espaços atendidos e criando a Agenda dos Parques.

Consolidar o Projeto Saber Viver que por meio da interação dos Projetos Caminhando para a Saúde, Centro de Fortalecimento Muscular e Práticas Orientais (liang gong, tai chi chuan e yoga) e da realização de encontros temáticos relacionados à saúde, atuará como fator condicionante de qualidade de vida ao seu público, predominantemente adulto.

Ação Comunitária

Instituir Centros Regionais de Lazer que operem a partir dos CESA ou parques, funcionando em rede com os programas desenvolvidos nas praças, unidades de saúde e demais comunidades.

Desenvolver programas de ação comunitária nas praças, parques e outros equipamentos públicos de lazer que, a partir da oferta de atividades recreativas, possibilitem a apropriação desses espaços pela comunidade.

Ampliar o atendimento do Projeto Expresso Lazer de forma a aprimorar sua atuação como elemento de mobilização comunitária para a diversão, tornando intensa a participação das comunidades em seus bairros e fornecendo apoio para o funcionamento dos Centros Regionais de Lazer.

Atuação Intersectorial do Lazer

Consolidar um Sistema Municipal de Lazer por meio das seguintes ações:

dar execução ao Sistema Municipal de Áreas Verdes e Lazer e integrar ações com as demais áreas públicas provedoras de lazer;

considerar a instituição dos Centros Regionais de Lazer como base estratégica para a operação do sistema.

Compor a realização de uma política integrada de Turismo, contribuindo com o desenvolvimento do Turismo Social com o aproveitamento do potencial dos parques públicos da cidade.



UMA CIDADE PARA SE VIVER COM DIGNIDADE

A questão habitacional em nossa cidade passa por três grandes momentos históricos. O primeiro é comum a quase todas as cidades das regiões metropolitanas do país que passaram por urbanização desenfreada e é marcado pela dificuldade de acesso à terra e aos imóveis urbanos, mais valorizados que a renda da maioria da população; pela inadequação dos programas e linhas de financiamento às demandas da população de menor renda; pela ausência de política de reforma urbana; e pelos recursos limitados das esferas federal e estadual em habitação, somados à estagnação econômica que perdurou até bem poucos anos.

O resultado foi a proliferação das favelas e loteamentos irregulares e precários; a ocupação das áreas de mananciais e de risco; o aumento significativo da população moradora nas regiões distantes e menos valorizadas, e seu decréscimo nas áreas centrais e melhor servidas; e o compartilhamento das moradias por várias famílias com prejuízo das condições de habitabilidade.

O segundo momento tem como pano de fundo o processo de redemocratização do país nos anos 80, o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais por moradia e reforma urbana. Com as administrações populares o poder público municipal tornou-se protago-



Acima, obras no Jardim Cristiane, Gonçalo Zarco e casas no Alzira Franco.

nista. Na primeira gestão petista (1989-1992) Santo André começa a se destacar como referência na construção de uma política habitacional responsável e incluyente. Nesse período, a Prefeitura procurou, num quadro econômico desfavorável, alternativas para enfrentar a questão habitacional com a criação da Secretaria de Habitação, Empresa Municipal de Habitação Popular (EMHAP), programas de urbanização de favelas, regularização fundiária, produção de habitações e construção dos canais de participação popular.

A partir de 1997 tais programas foram potencializados tais como a articulação às políticas e programas de inclusão social como o Santo André Mais Igual, à produção de novas habitações associada aos processos de urbanização, ao aprimoramento dos projetos com incorporação de equipamentos urbanos, ao apoio às associações por moradia, ao incremento das ações de melhoria e requalificação habitacional e à institucionalização dos canais de participação popular com criação do Conselho, Conferências e Fundo Municipal de Habitação (FMH).

O terceiro momento, a partir de 2004, é marcado pelo início da superação do descompasso entre a política habitacional e a política urbana com a aprovação do Plano Diretor, que permitiu enfrentar a questão do acesso à terra e combate ao uso especulativo com a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em áreas vazias e institucionalização de instrumentos de indução ao uso dessas áreas.

Atualmente podemos destacar avanços na política habitacional com au-

mento no aporte de recursos do Governo Federal pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destinados à urbanização de favelas incluindo a produção de novas habitações às famílias que necessitam ser removidas.

No âmbito da política de terras, disponibilizamos várias glebas para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS), demarcadas como ZEIS no Plano Diretor. A combinação dessa demarcação com as ações de aquisição de algumas dessas terras pela dação em pagamento de dívidas, desapropriações e permutas, permitiu sua destinação à produção de HIS, combinadas às ações de urbanização integral de vários assentamentos.

Esses avanços têm permitido acelerar a urbanização e provisão habitacional nos grandes assentamentos, tais como Espírito Santo I e II, Jardins Irenes, Jardim Cristiane, Gamboa II, Capuava Unida, Gonçalo Zarco e Pintassilgo, este último em conjunto com a CDHU.

Com recursos próprios, a Prefeitura finaliza outras grandes urbanizações, tais como Sacadura Cabral, Tamarutaca e Capuava, bem como projetos de urbanização dos assentamentos Pedro Américo/Homero Thon, Ipiranga I e II, Maurício de Medeiros e Nova Centreville.

O acesso facilitado ao crédito permitiu o incremento da produção privada de habitações para faixas de renda média-baixa, inclusive com empreendimento das associações por moradia.

Um novo quadro se desenha para a política habitacional brasileira a partir da formação dos Sistemas Nacionais de Habitação (SNH), do Sistema e do Fun-

do Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e FNHIS), e com a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), permitindo o aumento significativo dos recursos advindos do Orçamento Geral da União e do FGTS. Santo André se preparou para essa realidade aderindo ao SNHIS quando concluiu seu Plano Municipal de Habitação (PMH) que apresenta o diagnóstico da situação habitacional da cidade e estabelece programas, metas, quantifica recursos necessários e estabelece cenários para atendimento das necessidades habitacionais.

concepção

A política habitacional do Programa de Governo da Frente Santo André Ainda Melhor terá como fundamento os princípios e diretrizes traçados no PMH, que se corporificam nos seguintes itens:

- co-responsabilidade entre as diversas esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal) e demais atores sociais como os movimentos de moradia, associações e cooperativas populares e produtores privados;
- inserção no SNH e adequação ao PLANHAB, capacitando o município para receber, gerir e articular recursos das três esferas de governo;
- cumprimento da função social da cidade e da propriedade, articulando a política habitacional à política urbana, combatendo a segregação socioespacial, direcionando a ocupação habitacional para áreas melhor servidas de

infra-estrutura, reservando áreas para a produção de HIS, entre outras;

- sustentabilidade social, econômica e ambiental de seus programas, por meio de sua articulação com as políticas de inclusão social, desenvolvimento, gestão ambiental e mobilidade urbana, bem como aos serviços básicos de manutenção e controle urbano;
- adoção de programas específicos e diferenciados, de acordo com dois universos distintos de demandas, a saber:
 - a) população moradora em assentamento precários como, por exemplo, favelas e loteamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, com urbanização, regularização da posse da terra e da habitação, melhoria e recuperação habitacional, construção de novas habitações para remoções necessárias e ações complementares;
 - b) população moradora fora de assentamentos precários, em situação de déficit habitacional, com provisão de novas oportunidades habitacionais em alternativas variadas.
- prioridade à população de mais baixa renda na aplicação de recursos próprios municipais, sem deixar de apresentar alternativas para setores de renda média-baixa;
- gestão democrática e participativa da política habitacional, na sua formulação, execução, acompanhamento e monitoramento, estabelecendo plenamente o controle social e a co-gestão.

propostas de ação

Captar, Definir e Gerir Recursos

Aperfeiçoar e adequar ao PLANHAB a captação de recursos junto ao Governo Federal, viabilizando os repasses Fundo a Fundo (FNHIS ao FMH), bem como de outras fontes federais.

Criar base permanente de recursos financeiros para habitação no âmbito do município com destinação ao Fundo Municipal de Habitação (FMH) e fortalecimento deste como aglutinador dos recursos para habitação (internos e externos), procurando atingir as metas de recursos estabelecidas no Plano Municipal de Habitação.

Estabelecer política de subsídios no plano municipal, complementando recursos de outras esferas (Federal, Estadual, de associações etc), adequando as faixas de subsídio à renda.

Estabelecer percentual de repasse dos recursos da outorga onerosa à produção de Habitação de Interesse Social.

Urbanizar e Regularizar as Favelas e Assentamentos Precários

Aperfeiçoar o Programa de Urbanização Integral, qualificando projetos e obras, diminuindo custos e prazos, aperfeiçoando as práticas participativas.

Garantir as urbanizações integrais de grandes assentamentos já em andamento, incluindo a conclusão de conjuntos habitacionais destinados à população que necessita ser reassentada, assegurando as contrapartidas de recursos municipais previstas nos contratos de repasses de recursos federais já contratados.

Garantir recursos próprios e para contrapartida com o objetivo de viabilizar novas urbanizações integrais, incluindo produção habitacional necessária, que venham a ser definidas no OP e no Conselho Municipal de Habitação.

Criar critérios para definir assentamentos a serem atendidos pela urbanização integral, no âmbito da Conferência e Conselho Municipal de Habitação, inclusive para garantir percentual ou cotas de atendimento a assentamentos de pequeno ou médio porte, e distribuição regionalizada, no âmbito dos Governos Regionais.

Destinar percentuais de unidades, em conjuntos habitacionais para a população remanejada de assentamentos, para o atendimento da população em situação de déficit habitacional não moradora em assentamentos, na região do novo conjunto habitacional.

Inserir as comunidades na execução dos trabalhos decorrentes do programa de urbanização, gerando emprego e renda, garantindo cotas para a contratação de mulheres.

Estimular no âmbito do Conselho Municipal de Habitação instâncias de discussão sobre os programas de urbanização e de regularização e de deliberação sobre parte dos núcleos a serem urbanizados e/ou regularizados.

Regularizar os conjuntos habitacionais empreendidos pela municipalidade, tais como Prestes Maia, Gonçalo Zarco, entre outros.

Realizar a regularização fundiária dos assentamentos hoje em urbanização, dos assentamentos já urbanizados e ainda não regularizados ou considerados consolidados pelo Plano Municipal de Habitação.

Realizar gestões junto aos serviços de Registro de Imóveis na cidade, com vistas a garantir a aprovação final dos parcelamentos em ZEIS e o registro dos lotes às famílias beneficiadas.

Viabilizar a regularização dos loteamentos e assentamentos localizados nas regiões do Parque Miami, Riviera, Parque Andreense e da Vila de Paranapiacaba, em consonância com a futura regulamentação da Macrozona de Proteção Ambiental.

Qualificar as Habitações e a Auto-construção

Revisar a Lei de Moradia Econômica que leve em conta para sua abrangência a definição territorial (ZEIS) e a categoria de uso (HIS), adequando-a à demanda advinda dos núcleos em urbanização.

Garantir, nas urbanizações, recursos para cesta básica e requalificação habitacional, mantendo o “kit barraco” apenas como opção emergencial em ações da Defesa Civil.

Ampliar e Diversificar a Provisão Habitacional

Criar Programa de Provisão de Moradias, aglutinando e articulando os diversos programas ou ações de provisão, tais como produção de novas unidades, requalificação e aproveitamento de imóveis e edifícios vazios, apoio às associações, Programa de Arrendamento Residencial (PAR), atendimento a produtores privados entre outras ações.

Viabilizar a captação de recursos para produção habitacional destinada à população de baixa renda computada no déficit habitacional não moradora em assentamentos, utilizando os dados da pesquisa em andamento que identifica essa demanda.

Viabilizar programa de aluguel de interesse social nas novas unidades produzidas, visando notadamente o atendimento à população idosa sem capacidade de pagamento para aquisição do imóvel.

Disponibilizar recursos do FMH, financiado ou subsidiado, conforme faixas de renda da população atendida, para viabilizar o início dos empreendimentos das associações por moradia (terreno, projeto, elaboração de proposta para captação de recursos, capacitação etc).

Estímulo à auto-gestão dos empreendimentos pelas associações e cooperativas habitacionais.

Criar atendimento público especial a agentes da produção habitacional privada (associações, construtoras e proprietários privados), no desenvolvimento de estudos de viabilidade, no acompanhamento da tramitação e análise dos projetos, na obtenção de financiamentos entre outras ações.

Viabilizar a produção de Habitação de Interesse Social nas terras definidas no Plano Diretor como ZEIS (negociações com setor privado, consórcio imobiliário, complementação financeira com subsídios municipais).

Consolidar e ampliar o Banco de Terras para produção de HIS por meio da utilização dos instrumentos do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade.

Viabilizar e fomentar a produção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular na área central.

Considerar os índices de raça e etnia na concessão de unidades habitacionais.

Sustentabilidade e Integração à Cidade com Qualidade

Garantir a extensão do Controle Urbano (aprovação, regularização e fiscalização de construções), de Manutenção e de outros (Cadastro Imobiliário, Numeração e Trânsito), nas áreas urbanizadas e regularizadas, considerando as diferenças, mas garantido a qualidade.

Concluir e implementar a legislação da Tarifa Social de saneamento, consolidar práticas participativas para sua aplicação, e atuar politicamente em questões externas de mesmo teor (energia elétrica, por exemplo).

Desenvolver e implementar nos projetos, obras de urbanização e construção de unidades tecnologias ambientalmente apropriadas e de mais baixo custo, tais como energia solar e reuso de água, bem como programas de consumo responsável.

Criar Programa de Capacitação para Gestão de Condomínios nos conjuntos habitacionais.

Observar critérios de acessibilidade universal na produção habitacional.

Prever provisão habitacional para pessoas em situação de risco (exemplo: mulher vítima de violência), de diversas formas possíveis (aluguel de interesse social, destinação de nova unidade etc).

Criar cadastro único da população atendida pelos programas habitacionais da Prefeitura.

Gerir a Política Habitacional com Participação Popular

Fortalecer o caráter deliberativo do Conselho e da Conferência Municipal da Habitação.

Criar canais de participação específicos por setores ou programas, articulados à Conferência e ao Conselho Municipal de Habitação.

Estabelecer processos de formação e capacitação das lideranças e das comunidades envolvidas nos programas habitacionais, e estimular sua auto-organização.

Consolidar o Sistema Municipal de Informações Habitacionais, articulado ao Sistema de Informações do Plano Diretor, com vistas fazer cumprir o Plano Municipal de Habitação como instrumento de gestão, monitoramento e avaliação permanentes da política habitacional, dos seus programas e ações.

Ação para a Região do Grande ABC

Atuar para viabilizar a elaboração de diagnóstico e de Plano de Habitação do Grande ABC em parceria com as demais prefeituras da região.

Construir canal permanente de interlocução e de trabalho conjunto com a CDHU, visando a finalização da construção do Conjunto do Jardim Santo André, da urbanização dos assentamentos e da regularização do Complexo.

Articular a execução das ações firmadas no Termo de Acordo assinado entre Prefeitura, Câmara Regional do ABC, Secretaria de Habitação do Estado e CDHU, a saber:

remover e construir conjunto habitacional para moradores do Haras;

ações de remoção, provisão habitacional e regularização para moradores do Núcleo Pintassilgo;

regularização fundiária do Centreville, bem como para o desenvolvimento de novos programas habitacionais.

inclusão social, direitos humanos,
cultura pela paz e diversidade

TODAS AS PESSOAS UNIDAS PELA IGUALDADE

Dentro da perspectiva democrática e popular, o município de Santo André vem desenvolvendo a Política Nacional de Assistência Social sob a concepção de direito, rompendo com práticas de assistencialismo e clientelismo característicos de práticas político-administrativas conservadoras. Desde 1997 existe o Conselho de Assistência Social com as atribuições de aprovação, fiscalização e avaliação dos resultados da política de assistência dos profissionais, usuários e organizações de assistência social que representam a sociedade civil.

Desde a primeira gestão do PT (1989-1992) Santo André tem como meta a divulgação e criação de programas que atendam a Doutrina de Proteção Integral que o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza. Como exemplo, o Programa Andrezinho Cidadão, lançado em 1997, com o objetivo maior de romper a trajetória de vida de meninos e meninas em situação de rua e construir o retorno para a família e comunidade. Ainda em 1997 houve a criação da Câmara Regional do Grande ABC que elaborou um planejamento estratégico regional



Centro de Integração de Pessoas Idosas na Vila Luzita, curso das Promotoras Legais Populares e atividade de Saúde Para Juventude.

culminando, em 1998, com a instituição do Movimento Criança Prioridade 1, que visava fortalecer a participação do município em ações regionais.

Essa política permaneceu até 2007, quando houve uma reestruturação da Política da Infância e Adolescência. O Programa Santo André Criança e Adolescente – Compromisso com o Presente foi implementado por meio de um conjunto articulado de ações da Rede de Proteção Social Básica e de Proteção Especial, atendendo o que preconiza o Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Em 2008 a Prefeitura está implantando a Política Municipal de Atenção aos Direitos das Crianças e Adolescentes a partir da elaboração de diversos Planos Municipais, potencializando a rede com ações que propiciam a interdisciplinaridade, transversalidade e integração regional por meio das políticas públicas.

Em relação aos equipamentos de Assistência Social, temos quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), três Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). A Prefeitura dá ampla cobertura a milhares de famílias na linha e abaixo da linha de pobreza nos Programas de Transferência de Renda. O Programa Santo André Mais Igual, destinado ao atendimento das famílias moradoras de núcleos de favela em processo de urbanização articula diversas ações setoriais institucionalmente e concentra-as, acentuando resultado. O Programa Santo André Mais Igual foi, inclusive, reconhecido e premiado nacional e internacionalmente.

No que diz respeito ao trabalho com mulheres, identidade de gênero, negros e negras, juventudes, pessoas idosas e

pessoas com deficiência, o governo atua na articulação de programas, projetos e ações para e com estes segmentos, em consonância com o trabalho das secretarias municipais.

concepção

Em Santo André as políticas voltadas ao exercício da Inclusão Social estão ancoradas no pressuposto de que é papel da Prefeitura priorizar ações e recursos para o sinérgico enfrentamento e a progressiva superação das diversas formas de desigualdades: social, cultural, educacional, econômica, política e simbólica, potencializando a consolidação de uma cidade socialmente mais justa e com melhor qualidade de vida.

Por meio da formulação e articulação das políticas públicas e da execução da Política de Assistência Social buscamos a socialização e a ampliação de oportunidades para toda população. Cabe ressaltar que as políticas públicas não podem ser consideradas única e exclusivamente como políticas de inclusão social, mas como políticas amplas que envolvem também participação, cultura, desenvolvimento, acessibilidade e educação.

Vivemos em um mundo onde a violência também é apresentada como natural. Faz-se urgente o questionamento dessa mentalidade e a proposta de um novo paradigma que possibilite orientações e posicionamentos para o modo de cada cidadão e cidadã ser e estar no mundo, com base nos valores de solidariedade, fraternidade, cooperação e respeito mútuo.

A naturalização das desigualdades está posicionada no seio da sociedade civil, gerando resistências teóricas, ideo-

lógicas, culturais e políticas. As origens históricas e institucionais da desigualdade brasileira são múltiplas, mas sua longa estabilidade faz com que o convívio com ela passe a ser encarado, pela sociedade, como algo natural. Procurar desconstruir essa naturalização configura-se como principal tarefa para a formação de uma sociedade mais justa e democrática. Identificar e combater essas desigualdades é uma prioridade das políticas públicas.

A construção de um projeto político democrático com intencionalidade clara e objetiva deve ter foco na ampliação da igualdade entre mulheres e homens

e entre grupos raciais, incluindo socialmente as pessoas com deficiências, pessoas de todas as idades, respeitando as diferenças de credo, orientação sexual e priorizando oportunidades àqueles que se encontram em desvantagem social e econômica.

A Frente Santo André Ainda Melhor terá como princípio o investimento em políticas públicas com objetivo de alterar a cultura de desigualdade vigente, com implantação de projetos e ações estratégicas que garantam o empoderamento, o fortalecimento da dignidade e autonomia de cidadãos e cidadãs dos segmentos historicamente excluídos.

propostas de ação

Potencializar a Rede Social para o efetivo cumprimento das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantando serviços gradativamente e dando continuidade à implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em áreas com indicadores de vulnerabilidade e risco social.

Aplicar a experiência exitosa do modelo de gestão matricial do Programa Santo André Mais Igual, especialmente no que diz respeito à integração de ações, programas e serviços (formação profissional, saúde, geração de trabalho e renda, meio ambiente, combate à violência e cultura de paz) nas áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Intensificar ações específicas de acompanhamento sócio-familiar para famílias em situação de risco, com vistas a potencializar a reconstrução de seus projetos de vida.

Descentralizar atendimento e serviços por meio da ampliação de programas de Reabilitação Social, Saúde da Família e de Internação Domiciliar.

Garantir o cumprimento da Política Municipal de Atenção à Criança e Adolescente, implementando os diversos Planos Municipais de Garantias e Proteção de Direitos para a Infância e a Adolescência possibilitando assim a potencialização do seu caráter transversal e matricial.

Implantar Câmara Técnica com adolescentes nas diversas regiões, potencializando o protagonismo infanto-juvenil, qualificando a participação a partir da Escola de Governo e garantindo a representatividade nos Governos Regionais.

Implantar ações de combate às desigualdades econômica e social, incorporando as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas.

Consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência na cidade.

Elaborar Guias de Serviços para os seguintes públicos: orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia e geração (criança e adolescente, juventudes e pessoa idosa), contendo todos os serviços oferecidos, distribuídos por regiões.

Integrar as Políticas Públicas de Gênero, e Orientação Sexual e Identidade de Gênero, Raça e Etnias, Juventude, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência e População em Situação de Rua desenvolvidas pelo governo, para que tenham interface na sua execução, gerando otimização e economia.

Instituir um fórum de discussão da questão racial e suas políticas, sistemático e que contemple as questões de gênero e geração.

Criar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Implantar o Programa de Saúde da População Negra.

Articular interna e externamente o Plano de Ação dos 10 Pontos da Coalizão Latino-Americana e Caribenha de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, com vistas à ampliação do número de cidades brasileiras associadas.

Liderar a Coalizão Brasileira de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia.

Intensificar o trabalho nos quatro eixos do projeto inicial do Centro de Referência da Juventude - expressão, protagonismo, inclusão e participação - garantindo a capilaridade dos serviços e desenvolvendo agendas culturais descentralizadas nos outros equipamentos municipais.

Fortalecer o Centro de Referência de Juventude como catalisador das demandas das juventudes ao governo e das diversas secretarias aos jovens.

Incentivo às ações culturais em combate à homofobia e à promoção dos Direitos Humanos da população de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBT) em conjunto com o Governo Federal.

Fomento e articulação de programas de geração de trabalho e renda, cooperativismo, empreendedorismo e economia solidária para e com os segmentos historicamente discriminados: mulheres e grupos raciais em todas as idades e pessoas com deficiência.

Articular projetos e ações específicas para assegurar os direitos humanos e sociais dos segmentos de Gênero, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, Raça e Etnia, Criança e Adolescente, Juventude, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência e População em Situação de Rua, gerando as condições necessárias para a promoção e manutenção de sua autonomia, desenvolvimento da sociabilidade, integração e participação na sociedade.

Criação de Fundos de Juventude, Pessoa Idosa, Promoção da Igualdade Racial e Combate à Violência e Homofobia articulados aos respectivos conselhos e referendados nos estatutos.

Democratizar os meios de comunicação de, para e entre a Prefeitura e a população, principalmente por meio das mídias digitais, com o envolvimento das juventudes da cidade.

Apoio e incentivo à produção de materiais e campanhas, na luta contra a homofobia, discriminação e racismo.

Inserir pontos de encontro da Pessoa Idosa em cada Governo Regional.

Ampliar a cobertura de atuação do Programa de Reabilitação Baseada na Comunidade.

Criar uma legislação municipal específica para cumprimento do Decreto Federal 5296/04, que prevê a adequação dos prédios públicos, vias de acesso, calçadas, transporte público coletivo e transportes personalizados, incluindo a comunicação, considerando a necessidade de difundir a linguagem de Libras, Braile e outras alternativas entre interessados.

UMA CIDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL

Nas gestões petistas, Santo André acumulou grandes avanços nas áreas de Meio Ambiente e Saneamento. Na primeira gestão (1989-1992) destacaram-se os investimentos na melhoria do abastecimento de água com a elaboração de um Plano Diretor e a realização de diversas obras nele previstas – novos reservatórios, novas redes, automação, entre outras ações que reorganizaram o sistema, colocando fim aos freqüentes rodízios. Buscando a universalização do atendimento, adotou-se um modelo de saneamento

integrado (água, esgoto e drenagem), favorecendo, sobretudo, as famílias residentes em núcleos habitacionais, até então esquecidas pelas administrações anteriores.

Devido a todo esse trabalho Santo André é hoje uma das cidades brasileiras com maior cobertura de saneamento: 98% da população é atendida com redes de água e 96% com redes coletoras de esgoto. Obras de urbanização de núcleos habitacionais e obras emergenciais em áreas de proteção de mananciais, autorizadas pelo governo estadual, como no Recreio da Borda do Campo, buscam levar saneamento e qualidade ambiental para todos.

A partir de 1997, com a segunda gestão petista e a formatação da Política



Na página anterior, Jardim Japonês em uma das entradas do Parque do Pedroso. Acima, a partir da esquerda, aterro público, área de mananciais que passa por fiscalização periódica e obras de saneamento no Recreio da Borda do Campo.

Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental, avançou-se para o modelo de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, gestão ambiental, gestão de riscos e resíduos sólidos). Esse modelo busca promover as ações de saneamento de modo que se tornem ações de sustentabilidade ambiental: em vez de apenas coletar o esgoto, é necessário tratar para despoluir nossos rios; em vez de apenas captar, tratar e fornecer água potável, é necessário proteger nossos mananciais e combater o desperdício, e assim sucessivamente. Teve início, então, o tratamento do esgoto, até então inexistente em Santo André, que chega, hoje, a 40% do volume coletado; também foi construída uma estação de tratamento no Parque Andreense, em área de mananciais; iniciou-se a utilização de água de reuso; implantação da coleta seletiva em toda a cidade; redução dos principais pontos de enchente, como o Centro, Casa Branca, Vila Pires, Vila América, Bom Pastor e Vila Metalúrgica. Os trabalhos da Defesa Civil foram qualificados e se tornaram referência na gestão de riscos ambientais urbanos. O desenvolvimento de um Mapa de Riscos Múltiplos e a criação de Núcleos de Defesa Civil nos bairros ampliaram os aspectos de planejamento e prevenção, servindo de modelo para as diretrizes da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Na gestão ambiental foram ampliadas as ações de fiscalização ambiental, combate aos crimes ambientais e educação ambiental; municipalização do licenciamento ambiental e revitali-

zação do Parque do Pedroso, a maior área de proteção ambiental do ABC. Também destaca-se a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, melhorando a gestão da área de mananciais.

Todos os serviços prestados pelo Sema têm o certificado NBR ISO 9001: são monitorados por indicadores gerenciais e estratégicos, além de pesquisa de satisfação para garantir o melhor atendimento aos cidadãos.

concepção

A gestão do meio ambiente e saneamento ambiental precisa garantir a continuidade do trabalho iniciado e desenvolvido ao longo dos últimos anos e avançar nas políticas públicas socioambientais inovadoras e pioneiras; fazer com que as questões socioambientais permeiem as políticas públicas do governo e mobilizem a sociedade em favor de ações de sustentabilidade.

Com o acelerado crescimento das cidades brasileiras e a busca da satisfação das necessidades atuais de consumo, os recursos naturais tendem à sua exaustão, comprometendo a capacidade de atender as gerações futuras. As mudanças climáticas são o grande exemplo de impacto desse processo. Santo André, incorporando essas preocupações, busca o aproveitamento de energias mais limpas e renováveis como o uso do biogás do aterro sanitário, o consumo mais consciente (Cidade Amiga da Amazônia), o tratamento de todo o esgoto coletado, o combate à poluição at-

mosférica (inspeção veicular) e a fiscalização ambiental.

As propostas da Frente Santo André Ainda Melhor buscam, em síntese, a sustentabilidade ambiental. É necessário proteger nossos mananciais, reduzir ainda mais as perdas de água, ampliar a consciência da responsabilidade de todos sobre o uso adequado dos recursos naturais; re-

duzindo a geração de resíduos e ampliando a adesão à coleta seletiva.

A gestão do meio ambiente e saneamento deve fortalecer a participação popular em fóruns como o Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (COMUGESAM); e fortalecer e ampliar as parcerias com a sociedade e as redes de cooperação nacionais e internacionais.

propostas de ação

Melhorar a Qualidade Ambiental da Cidade

Implantar a Avaliação Ambiental Estratégica para as políticas públicas do município, incentivando e orientando sobre o uso de tecnologias sustentáveis.

Utilizar tecnologias limpas e renováveis nos novos prédios públicos municipais e, progressivamente, nos antigos.

Implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer, priorizando o uso de espécies nativas, aumentando as áreas verdes de uso público e dando continuidade à elaboração do cadastramento das espécies arbóreas existentes na cidade.

Propor incentivos fiscais para proprietários de imóveis situados em Áreas de Interesse Ambiental.

Implantar, por meio de parceria, o Centro de Triagem de Animais Silvestres para socorro e reintegração da fauna da Mata Atlântica.

Elaborar e implantar um Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social.

Desenvolver um programa permanente de educação ambiental para a área de mananciais.

Criar uma Escola Livre de Atividades Ambientais associada a um Centro Público de Formação para a Reciclagem.

Implantar Sistema Público de Informações Ambientais Georreferenciadas.

Fomentar junto aos grandes consumidores de água como indústrias, comércio, condomínios residenciais e obras da construção civil a utilização de água de reuso.

Adotar o uso de hidrômetros individualizados nos empreendimentos habitacionais de responsabilidade do município e incentivar a individualização nos demais prédios da cidade visando a redução do consumo de água.

Incentivar o aproveitamento de água de chuva em imóveis residenciais e comerciais.

Concluir obras de despoluição dos córregos Guarará, Araçatuba e Apiaí.

Concluir obras de esgotamento sanitário na área de proteção dos mananciais, incluindo o Parque Andreense.

Continuar os investimentos para reduzir os pontos de alagamento.

Concluir as obras de combate às enchentes da Vila Metalúrgica.

Melhorar a drenagem no terminal de ônibus da Vila Luzita (rua Eduardo Ramos).

Desenvolver ações para ampliar as áreas permeáveis na cidade.

Implantar uma Política Municipal de Resíduos Sólidos.

Ampliar a rede de locais para entrega voluntária de resíduos (recicláveis, entulho, madeira, pneus, lâmpadas, eletroeletrônicos, isopor, podas de jardim, pilhas e baterias, óleo de cozinha etc), estimulando a co-responsabilidade social.

Ampliar o controle sobre a emissão de poluentes do ar.

Reforçar o caráter público e a hegemonia do município na destinação final de resíduos sólidos, buscando de maneira efetiva novas tecnologias para o tratamento e destinação final dos resíduos aqui gerados.

Ampliar programa de redução progressiva de resíduos destinados ao Aterro Sanitário.

Implantar sistema de aproveitamento energético do gás gerado no aterro municipal e outras tecnologias sustentáveis.

Ampliar e Facilitar o Acesso aos Serviços com Qualidade

Elaborar e implementar um Plano de Abastecimento, Hidrometração e Coleta de Esgoto para os núcleos habitacionais.

Proceder a regularização dos débitos de moradores dos núcleos habitacionais.

Concluir as obras de abastecimento da Vila de Paranapiacaba e Recreio da Borda do Campo.

Implantar sistemas de coleta e tratamento de esgotos adequados na Vila de Paranapiacaba.

Elaborar e implementar o Plano de Drenagem Urbana da Vila e Paranapiacaba.

Concluir obras de esgotamento sanitário no bairro Recreio da Borda do Campo.

Buscar Eficiência na Gestão

Elaborar o Plano Diretor de Gestão Ambiental e o Zoneamento Ambiental.

Elaborar o Atlas Ambiental para subsidiar ações de planejamento, educação e licenciamento.

Mapear as áreas degradadas do município.

Atuar de maneira integrada na regularização urbanística e ambiental de loteamentos e núcleos habitacionais.

Implantar a ISO 14000 no SEMASA.

Revisar e Atualizar o Plano Diretor de Abastecimento de Água do município, executando obras previstas até 2012.

Aprimorar o controle e reduzir as perdas de água do sistema de abastecimento.

Construir Estação de Tratamento de Água para 350 litros por segundo junto à represa Billings.

Substituir todas as redes de água antigas do município.

Concluir o remanejamento da antiga adutora de água bruta do Pedroso.

Combater, em toda a cidade, os despejos de água de chuva nas redes de esgoto e de esgoto em galerias de águas pluviais.



O CIDADÃO EM PRIMEIRO LUGAR

A Prefeitura de Santo André vem, desde 1997, investindo nos processos de modernização administrativa e conseguiu realizar um conjunto de ações que garantiram uma evolução técnico-administrativa com resultados visíveis na melhoria dos processos de trabalho e no atendimento às demandas diárias do cidadão andreense.

Os procedimentos estão mais rápidos, há uma definição de quais os serviços a Prefeitura oferece e seu tempo para atendimento; foram estabelecidas Cartas-Compromisso que garantem a execução desses serviços; e abertos canais diretos para solicitação, acompanhamento, reclamação e fiscalização dos serviços prestados.



Na página anterior, Praça de Atendimento do Paço que recebe mais de 1.000 pessoas por dia. Acima, Serviço Integrado Municipal, site da Prefeitura reformulado e Praça do Servidor.

Hoje estão em atividade a Praça de Atendimento do Paço Municipal, os Postos de Serviço Integrado Municipal (SIM), Fone Fácil (0800-0191944), Fala Cidadão, no site www.santoandre.sp.gov.br e a Ouvidoria. O Semasa também disponibiliza ao munícipe atendimento telefônico (115 e 199), o Fale Conosco (www.semasa.sp.gov.br), Posto de Atendimento Centro além de terminais de auto-atendimento.

A Praça de Atendimento do Paço recebe cerca de mil pessoas diariamente que utilizam mais de 250 serviços. A descentralização desses serviços ocorre em quatro locais (Postos SIM de Santa Terezinha, Parque das Nações, Vila Luzita e Sacadura Cabral) que atendem 1.500 munícipes por dia.

O Guia Fácil fornece informações ao munícipe dos serviços que Prefeitura e Semasa disponibilizam e são controlados por indicadores do Fone Fácil e atendimento telefônico do Semasa que, juntos, recebem mais de 33 mil ligações por mês entre pedidos de serviços, reclamações e informações. A Ouvidoria, que iniciou seu funcionamento em 1999 como a primeira do Brasil a eleger seu ouvidor democraticamente, vem solucionando muitos problemas e dúvidas do munícipe.

A Prefeitura conta com um grande parque tecnológico, com cerca de dois mil microcomputadores que utilizam uma rede de transmissão de dados que, embora ampla, ainda não alcança todos os locais de trabalho e de prestação de serviços oferecidos pela administração municipal. Atualmente destaca-se o trabalho de promoção do acesso gratuito à internet nos CESA, Biblioteca Municipal, Parque Escola e Sabina, que podem

ser ampliados e aperfeiçoados a partir do aumento da capacidade da rede lógica e de transmissão de dados.

Essa melhoria no desempenho do atendimento ao munícipe passa diretamente pelas mãos e mentes dos servidores da Prefeitura, autarquias e empresas públicas municipais. São mais de 12 mil funcionários diretos e 4 mil aposentados e pensionistas.

O servidor público andreense tem uma história de dedicação, busca pelo bom atendimento ao munícipe e defesa da máquina pública. Por muitas vezes seu esforço pessoal foi o que garantiu a continuidade da prestação de diversos serviços, projetos e programas na cidade.

Mesmo com toda a modernização pela qual passou a administração pública em Santo André, com visível melhora nas condições básicas para a prestação de um serviço de qualidade, a vida funcional dos servidores requer atenção especial. A estrutura de cargos e salários está defasada e inadequada às mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos. É preciso estabelecer perspectiva ao servidor em relação a sua vida profissional e sua carreira.

concepção

A Modernização Administrativa pressupõe ações que busquem a integração das funções dos diversos órgãos que compõem a estrutura da Prefeitura, visando a melhoria da prestação de serviços públicos para atender as demandas da população andreense com qualidade, oferecendo, dentro das condições reais da máquina pública, uma resposta rápida e eficiente ao munícipe, permanentemente.

O uso das novas tecnologias tem como finalidade garantir o acesso à informação com rapidez, segurança, e estabilidade no fluxo de comunicação. A modernização administrativa pressupõe a melhoria contínua de desempenho desse parque tecnológico com redução dos impactos ambientais, redução de custos, economia de energia e garantia da universalização do uso e do conhecimento (TI Verde).

Os servidores municipais são fundamentais na implantação do Plano de Governo da Frente Santo André Ainda Melhor pois estão na ponta, prestando o serviço e em contato diário com a população. Para isso, é necessário um processo de valorização do trabalhador, pensando na melhoria dos salários e benefícios baseado na competência e eficiência dos serviços prestados.

propostas de ação

Estrutura e Planejamento

Aumentar a capacidade de Governo do município pela modernização das concepções, métodos, técnicas, ferramentas de planejamento e gestão onde o desempenho da administração pública possa ser monitorado e avaliado constantemente.

Avaliar o desempenho com foco nos indicadores de atendimento ao público por meio de pesquisas de satisfação.

Criar um órgão centralizador do custeio de projetos e ações comuns de diversas secretarias e da administração indireta, visando a redução de custos da máquina e execução de ações programadas.

Atendimento ao Público

Criar dois turnos nos serviços de atendimento ao munícipe da Prefeitura e Semasa.

Ampliar o número de terminais de auto-atendimento da Prefeitura e Semasa para outros pontos da cidade além dos já existentes.

Ampliar a oferta de serviços fornecidos pela internet em pelo menos 50 novos procedimentos.

Revisar os processos de trabalho nos departamentos que atuam como fornecedores de serviços da Praça de Atendimento (Controle Urbano, Tributos, Vigilância, Administração Indireta e demais órgãos) visando a constante melhora do desempenho e de cumprimento dos prazos dos serviços.

Instalar novos Postos de Atendimento de Serviço Integrado Municipal (SIM) na Vila Linda e em Capuava.

Aprimorar o sistema de atendimento telefônico da Prefeitura.

Tecnologia da Informação

Investir na estrutura de nosso parque tecnológico para acompanhar seu crescimento, garantido o acesso aos serviços oferecidos como internet, intranet, correio eletrônico e nota fiscal eletrônica entre outros.

Capacitação dos técnicos envolvidos na área de Tecnologia da Informação, proporcionando conhecimentos de novas tecnologias, em função do crescimento e diversidade do parque tecnológico.

Virtualizar os servidores de dados da Prefeitura de Santo André aproveitando, de forma mais confiável e segura, os dispositivos de hardware, diminuindo custo com equipamentos, licenças, energia, ar condicionado, espaço e procedimentos.

Investir em sistemas de Gerenciamento de Documentos possibilitando maior rapidez e controle no fluxo de processos e diminuição no consumo de papel e espaço virtual.

Instituir projetos pilotos visando a migração gradativa das bases Microsoft para Linux com a utilização de servidores Linux e programas de software livre em alguns serviços.

Estabelecer política de modernização constante dos equipamentos, priorizando tecnologias que respeitem o meio ambiente, como a redução do consumo de energia e materiais de impressão.

Funcionalismo Público

Criar a Ouvidoria do Servidor, composta por representantes eleitos.

Implantar um Plano de Cargos, Carreiras e Salários com o objetivo de estruturar os cargos para que possamos ter uma máquina mais eficiente e equilibrada, adotando uma política salarial compatível com a realidade do mercado.

Proporcionar ao servidor uma carreira, podendo evoluir tanto horizontal quanto verticalmente no cargo a partir da avaliação de desempenho.

Criar Banco de Talentos que será atualizado sempre que o servidor adquirir novos conhecimentos e que será utilizado sempre que a Administração Municipal precisar de conhecimento para desenvolver novos projetos.

Criar um programa permanente de integração para o servidor, devendo ser apresentando a ele, no momento de sua contratação, dados sobre Santo André e a Administração Municipal, expondo o papel do servidor e informando seus deveres e direitos.

Propiciar condições adequadas de meio ambiente do trabalho, fazendo as adaptações necessárias.

Formalizar mesa permanente de negociação com o Sindicato da categoria.

Incentivar os servidores a constituírem uma cooperativa de crédito.

Propiciar condições para que funcionalismo tenha uma alimentação diferenciada e compatível com suas funções.

Garantir a melhoria contínua da assistência médica.

Realizar planejamento das áreas com vistas à diminuição de serviços terceirizados.

Criar espaços de convivência em todos os locais de trabalho com grande concentração de funcionários.



EM SANTO ANDRÉ O POVO ESTÁ PRESENTE

O tema da participação na gestão pública surge na década de 70, no bojo da luta pela redemocratização do país, inspirado por experiências inovadoras em algumas gestões municipais e por práticas advindas dos movimentos sociais. Esse movimento intensifica-se nos anos 80 e tem Santo André como expoente durante a primeira gestão do PT (1989-1992).

Um diagnóstico da política de participação cidadã em Santo André não se restringe apenas à ação dos governos que a promoveram, mas deve envolver também a ação e participação dos diversos agentes sociais neste processo, nos canais de participação criados, nas ações efetivas de discussão e elaboração conjunta das políticas públicas.

Os avanços foram muitos, permitin-

do que tal prática se consolidasse como marca e método de governo. Inúmeros e diversos canais de participação foram criados, como o Orçamento Participativo, Santo André Cidade Futuro, Plano Diretor Participativo, conselhos de unidades de saúde, conselhos de unidades escolares, conselhos temáticos e suas respectivas conferências, como as de Saúde, Assistência Social, Educação, Criança e Adolescente, Juventude, Cultura, entre outras, responsáveis por deliberar as políticas públicas setoriais bem como as cartas-compromisso nas unidades de saúde, a Ouvidoria, os diversos fóruns e outros espaços de debate e participação.

Esses canais e instrumentos constituíram-se como espaços nos quais a po-



Escolha de prioridades em dois momentos do Orçamento Participativo e Conferência do Cidade Futuro.

população pode não apenas se expressar, mas concretamente ajudar a traçar os destinos da cidade, seja interferindo na construção das políticas públicas, na sua fiscalização e acompanhamento ou na definição da aplicação dos recursos.

Pode-se dizer que há, na cidade, uma “cultura participativa” que se reflete na disposição permanente da população a participar e discutir. A prática participativa deixou de ser uma “novidade”, “um favor”, para se tornar ação comum, incorporada na relação cotidiana entre governo e população.

Ainda assim, é preciso atuar para superar as deficiências e insuficiências reconhecidas, em diversos âmbitos, seja quanto à clareza das funções, profundidade e papéis dos canais, seja quanto à adequação das formas de representação ao atual estágio de organização e mobilização social, seja quanto à uma certa tendência à burocratização dos instrumentos criados, que precisa ser evitada. Mas mesmo os problemas existentes e reconhecidos refletem a extensão do caminho andado, e mostram o grande acúmulo nesta área, fruto de um processo de crescimento e amadurecimento dos conceitos e da prática da participação cidadã, que permite dar um salto de qualidade nessa política.

Exemplifica-se essa análise a partir de dois canais de participação. O primeiro, o Orçamento Participativo que elege os projetos relevantes para a comunidade por região e os conselheiros que defenderão esses projetos no Conselho do Orçamento, e tem como mérito justamente essa relação direta entre a vontade popular e a ação do Governo pela destinação de verbas no Orçamento. O segundo, os conselhos temáticos, nos quais a partici-

pação cidadã se dá pelas organizações da sociedade e representação do Governo, de forma paritária, e onde se discutem as políticas setoriais. No entanto, nos dois casos é preciso construir uma maior integração entre os mesmos e deles com as políticas gerais e integradas.

concepção

A Participação Cidadã constituiu-se como uma prática que contribui para o processo de redemocratização do país; como uma concepção de governo para a construção de uma prática de cidadania ativa e de aprofundamento da democracia no plano do poder local; como espaço de partilha do poder e de co-gestão com a comunidade nas questões de interesse para o desenvolvimento da cidade e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes; como instrumento de ruptura com uma cultura política elitista e autoritária, marcada por práticas de tutela, clientelismo, fisiologismo e troca de favores.

Entre outras finalidades da participação cidadã, estão o desenvolvimento da consciência política e da cidadania ativa; da solidariedade entre os membros das comunidades participantes; a mescla entre diferentes saberes, existentes na comunidade, na área técnica e no poder público; e a articulação, construção e gestão de políticas públicas de forma compartilhada.

A participação cidadã e o controle social do Poder Público são mecanismos de compartilhamento de poder entre o Estado e a sociedade, que exigem o estabelecimento de novas relações entre os mesmos. Ela representa o compartilhamento de poder com o intuito de elaborar regras e normas jurídicas para

tomada de decisões, enquanto que o controle social é a possibilidade da sociedade fiscalizar e acompanhar a aplicação das decisões.

A participação cidadã é uma das concepções centrais para ação governamental da Frente Santo André Ainda Melhor. O Orçamento Participativo, conselhos, fóruns, conferências e agora os Governos Regionais serão ferramentas para o governo avançar no sentido de dar condições para que as transformações sociais ocorram.

Para acelerar nessas mudanças temos que tornar a participação instrumento de elo entre os mais variados segmentos de nossa sociedade, sem qualquer discriminação, procurando, a partir dos diversos canais de participação, uma maior integração entre os moradores de Santo André e destes com a administração pública municipal.

Para tanto, a política de participação deve estimular os cidadãos a engajarem-

se no comprometimento com questões sociais relevantes, e estruturar-se nos mais diferentes canais e ações, a partir dos seguintes pontos estratégicos:

- desenvolvimento de ações pedagógicas;
- construção de políticas de comunicação para divulgação das mais variadas ações;
- garantia de que os instrumentos reforcem seu caráter formulador das políticas públicas.

É preciso aperfeiçoar e radicalizar a participação cidadã, aprofundando a co-gestão, o controle social e a integração das políticas do governo municipal.

Desse modo, contribuiremos também para configurar o papel estratégico que a participação cidadã deve ter num governo democrático e popular: ajudar no processo de politização e de organização popular, colaborando com a alteração da correlação de forças na sociedade a favor das posições democráticas e socialistas.

propostas de ação

Potencializar o Orçamento Participativo por meio de sua articulação com as políticas e ações de planejamento (geral e por bairro/região).

Consolidar o papel deliberativo das conferências municipais temáticas e dos conselhos e o controle social dos recursos pela sua alocação nos fundos geridos pelos mesmos.

Estabelecer a relação sistêmica entre os Governos Regionais, o Conselho do OP, os conselhos municipais por área e suas respectivas conferências e fundos.

Estabelecer a necessidade de prestação de contas da atuação dos conselhos dando as condições materiais para que isto aconteça.

Estimular a relação mais permanente do conselheiro com as bases sociais que representam.

Implementar os métodos de trabalho utilizados na Carta-Compromisso das Unidades de Saúde, de forma adaptada, aos diversos conselhos setoriais.

Aperfeiçoar o Programa de Voluntariado para formar e capacitar voluntários pela Escola de Governo

Responsabilizar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Programa de Voluntariado nas secretarias e órgãos em cujos programas e ações venham a atuar.

saúde



A SAÚDE DO CIDADÃO CADA VEZ MELHOR



Na página anterior, fachada do Hospital da Mulher. Acima, Centro de Especialidades Odontológicas, equipamentos hospitalares e Pronto Atendimento Central

A saúde em Santo André passou por transformações significativas nos quatro mandatos que o PT esteve à frente da administração. Mesmo com um período de retrocesso e crises sucessivas entre 1993 e 1996, a cidade viu o setor de saúde crescer e se qualificar muito acima da média dos outros municípios brasileiros.

Vamos apresentar as ações e resultados mais efetivos dos governos dos companheiros Celso Daniel e João Avamileno pontuando realizações e definindo novas propostas. Cabe, resumidamente, levar ao conhecimento de todos as seguintes ações consolidadas na área de saúde em Santo André:

Inauguração do Centro Hospitalar Municipal, em 1999, com os números de leitos aumentados de 108 para os atuais 278.

Implantação do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Hoje o PSF contempla 11 unidades de saúde e o PACS, 8 unidades, dando assistência a mais de 20% da população residente no município.

Criação e implantação do Programa de Internação Domiciliar (PID) que atualmente atende cerca de 600 pessoas, um verdadeiro hospital na residência do paciente.

Criação da Escola da Saúde que aprimorou e capacitou os servidores da saúde para oferecer atendimento e assistência de melhor qualidade e mais humanizada a quem procura os serviços municipais.

Potencialização e ampliação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, tendo como referência o Hospital da Mulher. Ampliação do Programa de Atenção à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência. Implantação do projeto Bem

Nascer, em 2002, e investimentos na saúde das gestantes e das crianças, o que resultou na diminuição da mortalidade infantil para padrões de sociedades desenvolvidas.

Criação da Rede de Atenção Psicossocial com a implantação dos núcleos de Atenção (NAPS), centros de Atenção (CAPS) e das residências terapêuticas, tratando os pacientes que sofrem de transtornos mentais e de dependência química como cidadãos. Esse programa é reconhecido nacional e internacionalmente.

Ampliação do Programa de Assistência Farmacêutica, aumentando de 69 para 170 o número de itens de medicamentos distribuídos gratuitamente nas unidades de saúde. Reforma e ampliação das unidades de saúde, num verdadeiro programa de recuperação e revitalização da rede de atendimento.

Estabelecimento de parcerias com a Fundação ABC (Faculdade de Medicina), que trouxe mais qualidade para os serviços municipais de saúde. Aperfeiçoamento do sistema de atendimento a urgências e emergência, ampliando o Pronto Atendimento do Bangú e Paranapiacaba e o início do funcionamento do PA Central e o PA da Vila Luzita.

Implantação do sistema de remoção e resgate com o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), dando qualidade ao atendimento pré-hospitalar do paciente em estado grave. Implantação do Centro Hospitalar Municipal, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (hoje com seis leitos), além de ter aumentar de 8 para 20 o número de leitos de UTI adulto.

Municipalização dos serviços de vigilância sanitária, implantando o Programa de Combate à Dengue, de fiscalização de alimentos e de serviços de saúde. Implan-

tação de Programa de Combate às Pragas Urbanas (PALVAS), baseado no conceito de integração entre saúde e meio ambiente.

Atuação junto aos governos Federal e Estadual ampliando o fornecimento de órteses, próteses e de medicamentos de alto custo. Gestão junto ao governo do Estado para o término da construção do Hospital Estadual Mário Covas.

Reativação do Conselho Municipal de Saúde e implantação dos conselhos diretores de Unidade, criando um canal de participação e controle social dos serviços de saúde.

concepção

As propostas de saúde do Programa de Governo da Frente Santo André Ainda Melhor estão apoiadas nas políticas já efetivadas, nos projetos que necessitam ser consolidados e em novas propostas inovadoras e viáveis de serem implantadas, pois o que é proposto leva em conta a realidade social, econômica e financeira do nosso município, bem como as necessidades de saúde dos nossos moradores.

As diretrizes da política de Saúde estão norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela força do conhecimento das várias faces socioeconômicas e geográficas de nosso município. Dessa forma, as propostas para os próximos quatro anos focalizaram-se:

a) na definição de risco à saúde com olhar voltado ao modo de viver a vida em seus territórios, para, assim, definir intervenções intersetoriais com o objetivo de prevenir e evitar agravos à saúde, levando-se em consideração as relações internas das

comunidades junto aos Governos Regionais;

b) no acolhimento humanizado com classificação de risco como forma de estreitar a relação entre usuários e trabalhadores da saúde, orientado às necessidades dos usuários combinadas com as técnicas de recuperação e manutenção da saúde;

c) na gestão participativa e compartilhada com controle social em toda a rede de Saúde;

d) no estabelecimento do sistema de planejamento do SUS Santo André, com a atuação contínua, articulada e solidária de forma ascendente, a partir do nível local, por meio dos Governos Regionais, para o nível central, com participação dos conselhos diretores de Unidade e do Conselho Municipal de Saúde;

e) no fortalecimento da gestão como ferramenta para definir propostas conjuntas para valorizar o ambiente de trabalho e os profissionais do sistema de saúde;

f) no desenvolvimento de estratégias, programas e projetos de saúde, que incorporem as diferenças relacionadas às questões de gênero, raça e etnia, gerações e de sexualidade;

g) no fortalecimento do acolhimento e na assistência à intervenção multiprofissional para a superação do atual modelo assistencial;

h) na integração e no planejamento da região do Grande ABC como forma de articular os diversos municípios e níveis de governo, utilizando o conceito de regionalidade como um instrumento privilegiado para superação das necessidades e deficiências do Sistema de Saúde do ABC.

propostas de ação

Assistência à Saúde

Ampliar os leitos públicos hospitalares contemplando o aumento do atendimento às cirurgias eletivas e aos casos de urgência e emergência, com aumento no número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto, UTI infantil e UTI para adolescentes.

Ampliar a cobertura do Programa da Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Ampliar o Programa de Internação Domiciliar (PID) e implantar o atendimento domiciliar para casos pediátricos (PID Infantil).

Implantar duas novas unidades de Pronto Atendimento (PA) para atendimentos a urgências e emergências nas regiões mais carentes desses serviços na cidade.

Ampliar o atendimento nos Centros de Especialidades Médicas.

Implantar um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) na região da Vila Luzita.

Criar um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para adolescentes.

Ampliar e reformular o atendimento às urgências psiquiátricas do Centro Hospitalar.

Ampliar o número de Centros de Especialidades Odontológicas.

Implantar 100% da capacidade de atendimento do Hospital da Mulher dando maior cobertura aos partos do município, às cirurgias ginecológicas, ao atendimento ambulatorial ginecológico e aos exames de apoio ao diagnóstico, tais como ultra-sonografias, mamografias.

Ampliar o número de Farmácias Populares.

Ampliar o número de itens de medicamentos distribuídos gratuitamente pela Rede Municipal de Saúde

Aprimorar e ampliar a política do Centro de Reabilitação Municipal.

Ampliar o serviço de transporte, remoção e resgate de pacientes.

Implantar novos programas utilizando práticas naturais e alternativas com a inclusão de terapia comunitária sistêmica.

Realizar ações de prevenção e promoção à saúde nas unidades de Saúde e nos núcleos habitacionais, com atendimento baseado no conceito de família e cidadania.

Ampliar o atendimento médico e dos programas de promoção e prevenção à saúde existentes nas unidades de Saúde, bem como implantar o atendimento com base na classificação de risco.

Dar continuidade ao desenvolvimento de protocolos clínicos para o estabelecimento da linha de atendimento integral às necessidades de saúde dos indivíduos, efetivando a relação entre as unidades de Saúde, Centro de Especialidades Médicas, Centro Hospitalar Municipal, Hospital da Mulher, NAPS e CAPS.

Gestão e Controle Social

Estabelecer o Sistema de Planejamento da Secretaria de Saúde com atuação contínua, articulada e solidária, de forma ascendente do nível local ao nível central e com a participação dos Conselhos Diretores de Unidades de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.

Construir um plano de ação para o atendimento nas unidades de saúde considerando os indicadores de saúde municipal e local.

Formular a Política de Atenção à Saúde, incluindo ações inter-setoriais, voltadas para a prevenção e promoção da saúde.

Criar um fórum de representação dos trabalhadores da saúde.

Adotar uma política de gestão para revisão dos processos de trabalho e organização da gestão de pessoal com foco na educação permanente.

Estabelecer critérios para implantação do controle social nos serviços e equipamentos de saúde que recebem recursos públicos do Sistema Único de Saúde.

Implantar recursos tecnológicos para ampliar e aperfeiçoar a metodologia do agendamento para minimizar as filas de espera para consultas e exames.

Estabelecer núcleos internos de informação e indicadores nas unidades de Saúde, pronto atendimentos, unidades hospitalares e de saúde mental que garantam a análise contínua da questão epidemiológica no município.

Estabelecer critérios para a contratação de profissionais nos projetos conveniados em

conformidade com a lei.

Aprimorar a metodologia de abastecimento de medicamentos da rede realizando o fornecimento conforme o perfil epidemiológico das unidades de Saúde.

Ampliar as equipes de especialidades nos ambulatórios com foco no perfil epidemiológico da população.

Fortalecer as parcerias junto aos grupos de geração de renda e usuários da saúde mental que são acompanhados pelo Núcleo de Projetos Especiais.

Desenvolver e intensificar políticas setoriais de saúde e programas que incorporem todas as necessidades integrais e transversais existentes (como, por exemplo, a políticas para as mulheres, população negra, juventude, pessoa idosa e população LGBT).

Promoção e Educação em Saúde

Fortalecer a rede de cuidados a comunidade a partir da promoção, proteção e educação em saúde.

Instrumentalizar os profissionais de saúde e os diversos agentes da saúde que trabalham em campo com tecnologias que os qualifiquem para melhorar a comunicação e a difusão da informação em saúde.

Aprimorar o processo de territorialização como instrumento de promoção e prevenção à saúde, incorporando todas as áreas que tenham interface com a saúde e utilizando como base desse planejamento os Governos Regionais.

Integrar, articular e aperfeiçoar, a partir das unidades de Saúde e dos Governos Regionais, as ações dos agentes de saúde e de vigilância ambiental que atuam nos territórios, desenvolvendo ações de promoção, prevenção e educação em saúde e de proteção e preservação do meio ambiente (PSF, PACS e PALVAS).

Priorizar no Programa de Saúde da Juventude ações preventivas e de promoção integral da saúde.

Levar palestras e ações periódicas de saúde preventiva à comunidade.

Integração da Região

Propor a criação de um Fórum Regional de representantes dos conselheiros municipais de saúde das sete cidades do Grande ABC para discutir e deliberar sobre temas da saúde regional.

Estruturar no âmbito da Região do ABC, sem prejuízo das instâncias do SUS, um Núcleo de Informações e um Observatório em Saúde que terão a finalidade de:

- a) subsidiar o planejamento das necessidades regionais e municipais de saúde;
- b) operar as necessidades de saúde e cobrar do Governo Federal e Estadual maior participação no financiamento das atividades municipais e regionais de saúde;
- c) subordinar os serviços dos equipamentos de saúde do Estado existentes na região às necessidades dos municípios, criando uma metodologia de prestação de contas das ações e dos serviços executados.
- d) discutir e propor soluções para os temas de relevância regional de saúde.

Fazer gestão junto aos hospitais regionais para a definição do atendimento a alta complexidade.

Planejar e implantar em consórcio serviços de saúde de base regional com administração e custeio compartilhados entre os municípios, Governo do Estado e do Governo Federal.



SEGURANÇA PARA TODOS

As elevadas taxas de criminalidade e a crescente sensação de insegurança fazem com que as administrações municipais ganhem um papel de grande relevância na Segurança Pública, principalmente no tocante à prevenção das diversas formas de violência, tanto que o município ganhou um destaque especial no Plano Nacional de Segurança Pública lançado pelo Governo Federal em 2003. Desde então, o papel dos municípios vem se aprimorando e articulando ações junto aos governos Es-

tadual e Federal.

Santo André possui uma ampla atuação na prevenção à violência. Oferece aos munícipes programas de acesso à justiça, atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho e renda, programas de redução de danos causados por ingestão de drogas, forte atuação da Guarda Municipal, planejamento e controle do trânsito, manutenção de equipamentos e áreas públicas de convivência e lazer e programas de melho-

ria da qualidade de vida dos cidadãos.

No primeiro governo do PT em Santo André (1989 - 1992) a Guarda Municipal atendeu 16 mil ocorrências e, em 1992, contava com duas sedes novas, 25 viaturas, 23 motos e um efetivo de 250 guardas civis, sendo 48 mulheres e 202 homens. Do efetivo, 32 guardas eram graduados.

Em 1993, a direita reassumiu o comando do município e ao término do mandato, em 1996, a Guarda Municipal estava sucateada e contava com apenas dez viaturas e 12 motos, o efetivo tinha 205 guardas civis, 32 dos quais mulheres e só 28 graduados.

A partir de 1997 houve uma gradual recuperação da capacidade de ação da Guarda Municipal de Santo André, que atualmente conta com três sedes, um Centro de Formação e Treinamento, 45 viaturas, 22 motos, um efetivo de 512 guardas civis, dos quais 130 são mulheres e 103, graduados. Esses profissionais de segurança pública realizaram, em dez anos, aproximadamente 65 mil ocorrências.

A adoção de políticas voltadas à prevenção e contenção da violência a partir dos investimentos materiais, capacitação da Guarda Municipal, aumento do seu efetivo e implantação de políticas sociais voltadas aos jovens,

adolescentes e geração de emprego e renda, desde 1997, resultou em queda de 75,35% do número de homicídios e 54,72% do número de roubos e furtos de veículos. Os roubos apresentaram uma pequena queda e apenas os furtos apresentaram crescimento. Esses dados referem-se aos anos de 2000 a 2007 e são da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

concepção

A Frente Santo André Ainda Melhor propõe uma segurança cidadã, para todos, tendo como base o seguinte conceito: respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana; equilíbrio entre as atividades de prevenção, controle e contenção; promoção de consensos regionais no estabelecimento de estratégias; promoção de responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade; promoção de valores éticos, culturais e de cidadania da população como fatores de proteção da sociedade; gestão do conhecimento com criação de um núcleo de estudos sobre as diversas formas de violência; estabelecimento de rede, aplicação de políticas públicas de forma matricial; e fórum de discussão de indicadores.

Uma das prioridades será a adoção de novas políticas públicas, bem como a manutenção e aprimoramento de políticas e programas já existentes no município que possibilitem a prevenção e o controle das várias formas de violência. Para tanto, deverá fortalecer, de modo a intensificar, a atuação dos órgãos de segurança municipais dando-lhes condições de implementar políticas públicas que diminuam a criminalidade e contribuam para que a sociedade adreense tenha garantido o direito à segurança.

Este fortalecimento se dará por meio de ações voltadas a articulações das políticas de segurança pública com o estabelecimento de parcerias, o apoio e a fomentação da matricialidade dos programas e projetos destinados a re-

Dados sobre homicídio, furto e roubo em Santo André

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2000	208	5.706	6.026	13.444
2001	213	6.474	6.295	11.867
2002	195	7.317	6.097	11.354
2003	189	8.199	6.271	10.387
2004	114	7.115	5.362	9.051
2005	103	8.294	6.641	8.740
2006	87	8.154	6.057	8.073
2007	69	8.323	5.894	6.087

Fonte: Secretaria de Segurança Pública

duzir a violência e a criminalidade na cidade; a viabilização de um banco de dados para acompanhamento de indicadores; e a utilização de estratégias tecnológicas e de conhecimento. Tudo com a indispensável participação popular, das polícias e da valorizada Guarda Municipal.

Santo André é um dos municípios vinculados ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), instituído pelo Governo Federal em 2007 e destinado à prevenção, controle e contenção da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e políticas sociais, executado de forma integrada pelos órgãos e entidades federais envolvidos. Santo André realizará convênios com o PRONASCI para desenvolver programas, projetos e ações destinados a melhorar a segurança da população.

Entendendo a cidade como um es-

paço de ações integradas, serão adotadas condutas administrativas que permitam ações conjuntas voltadas à segurança pública entre todas as secretarias, programas e projetos por meio de uma análise de todas as regiões do município, objetivando a otimização de pessoal, tempo e recursos públicos. Serão identificados e tipificados os problemas relativos à segurança, tomando sempre muito cuidado com a realidade e problemas típicos em cada bairro.

A Guarda Municipal terá solidificado o conceito de Guarda Comunitária com a integração da corporação com a comunidade e a capacitação de seus profissionais para o atendimento em casos de violência doméstica, de gênero, raça e etnia, geração, crimes sociais, atuação na mediação de conflitos e gerenciamento de crises, tudo com o objetivo de torná-la um agente social essencial na prevenção das violências.

propostas de ação

Fortalecer e intensificar o órgão de Articulação de Políticas de Prevenção de Violência Urbana.

Aprimorar o Plano Municipal de Segurança com o objetivo de ampliar as políticas de segurança municipal que deverão ter a Guarda Civil Municipal atuando sempre com uma proposta preventiva e comunitária, promovendo assim a cultura da paz em toda a cidade.

Intensificar projetos destinados à prevenção, controle e contenção da criminalidade e executá-los em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

Manter condutas administrativas que permitam ações conjuntas voltadas à segurança pública entre todas as secretarias municipais, programas e projetos já existentes.

Estabelecer gestões junto ao governo estadual com o objetivo de fazer com que os órgãos da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Científica e o Corpo de Bombeiros de nossa cidade sejam fortalecidos, de modo a suprir as deficiências atualmente verificadas, bem como consolidar políticas públicas para articulação de reciprocidade entre Município e Estado.

Valorizar e capacitar a Guarda Municipal para atendimentos em casos de violência doméstica, de gênero, geração, crimes sociais e atuação na mediação de conflitos e gerenciamento de crises, a fim de torná-la um agente social essencial à prevenção da violência (Guarda Comunitária).

Implementar políticas públicas destinadas a diminuir os índices de reincidência criminal no município.

transporte, trânsito, infra-estrutura
urbana, mobilidade e acessibilidade

SANTO ANDRÉ NO CAMINHO CERTO

A primeira administração petista (1989-1992) foi marcada no setor de transporte e trânsito pela ruptura com a estagnação ao longo de anos de inércia e clientelismo. Protagonizou uma nova forma de gestão pública tendo como meta a melhoria da qualidade dos serviços e a priorização da participação popular.

Destaca-se nesse período a integração

entre distritos da cidade com a transposição do eixo Tamanduateí e da ferrovia pelas linhas municipais de transporte mantendo a mesma tarifa, criação da Empresa Pública de Transporte (EPT), construção de canteiros centrais e melhorias de sinalização e de circulação dos pedestres, reduzindo o número de acidentes. Foram entregues importantes



Na página anterior, viaduto Salvador Avamileno no Complexo Cassaquêra. Acima, ciclovia na Avenida Lauro Gomes, Terminal da Vila Luzita e Programa Centro Mais Humano.

obras como a extensão do viaduto Antonio Adib Chammas e a finalização do viaduto Engenheiro Luis Meira.

Na gestão seguinte (1993-1996), a falta de políticas públicas, a qualificação técnica dos gestores e o relacionamento clientelista foram a tônica de uma administração de retrocessos. Com a volta do governo petista (1997-2000), houve a retomada de políticas públicas renovadas nas áreas de vias públicas, trânsito, transportes, manutenção de prédios públicos, parques e áreas verdes.

A EPT tornou-se gestora do trânsito e dos transportes públicos com inúmeros avanços como a renovação da frota, criação do corredor de ônibus sobre o córrego Guarará, construção do Terminal Rodoviário de Santo André (TERSA) e terminais urbanos de transporte coletivo na Vila Luzita e ao lado das estações ferroviárias em Prefeito Saladino e Utinga.

Em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro e num trabalho pioneiro, Santo André municipalizou o trânsito. A administração recebeu, em um primeiro momento, inúmeras e severas críticas de vários segmentos da sociedade civil organizada, mas as ações voltadas à educação, à fiscalização eletrônica e às campanhas reduziram a morbi-mortalidade no trânsito trazendo reconhecimento nacional e internacional dessa política municipal.

Como destaque, a queda dos índices de acidentes e, principalmente, o número de mortos. Em 1997, por exemplo, ocorreram 12.370 acidentes para uma frota de 267.581 veículos registrados na cidade, com 2.725 vítimas, sendo 93 fatais. Em 2007, os dados indicaram 9.117 acidentes (redução de 26,3%) para uma frota de 387.024 veículos registrados

(aumento de 44,63%), com 3.170 vítimas sendo 35 destas fatais (redução de 62,4%). Mesmo com o aumento de vítimas por conta de uma frota quase 45% maior, os números apontam uma redução efetiva de 19,2% no Índice de Vítimas por 100 mil veículos.

Embora tenham sido adotadas medidas que buscavam a melhoria da fluidez e da mobilidade, foi inevitável acompanhar o crescimento dos congestionamentos a partir das rotas de ligação da região metropolitana. O trânsito de passagem, por exemplo, cresceu consideravelmente e atinge, hoje, 900 mil veículos por dia.

O impacto causado pelo excesso de veículos nas vias se faz sentir no transporte público, pois os ônibus trafegam por vias saturadas e o cumprimento dos horários e intervalos entre as viagens, por parte dos operadores, começam a tornar-se impraticáveis.

Com o aquecimento da economia, o transporte de cargas com passagem pela área central acentuou-se e é fundamental a criação de novas vias para desviar este tipo de trânsito, de forma a minimizar o tráfego de veículos.

Embora as estatísticas indiquem que haverá aumento significativo do trânsito na cidade, há grande expectativa de melhoria da fluidez com a finalização das obras do Rodoanel com acesso pela cidade de Mauá. Porém, o aumento da quantidade de automóveis acarretará novas e crescentes demandas que deverão ser tratadas de forma situacional e regional.

A regulamentação dos transportes por fretamento pode, ainda, servir de medida mitigadora para a diminuição de filas desnecessárias no trânsito, notadamente nos horários de pico. O crescente aumen-

to da frota de motocicletas já representa um problema nacional e remete a um novo paradigma para a administração pública que deverá garantir a segurança aos usuários, equacionando o compartilhamento da via pública entre os diversos tipos de veículos com ações voltadas à educação, de forma a promover a paz no trânsito.

A infra-estrutura urbana recebeu grande investimento com recapeamento e sinalização nas principais vias da cidade, padronização estética dos parques e jardins e a criação de inúmeras praças públicas dotadas de equipamentos, oferecendo à população novas alternativas de lazer. Neste sentido, uma importante obra foi a revitalização do Parque Celso Daniel, verdadeiro marco da reconversão econômica na região da avenida Industrial.

O Parque Central, inaugurado em 2005, tornou-se um novo e importante centro de lazer. Numa área de 420 mil m² com muito verde e lagos, conta com pista de caminhada, ciclovia, praça de convivência, playground, campo de futebol, quadras esportivas e espaço para shows, além da Sabina – Parque do Conhecimento espaço temático sobre ciência e tecnologia.

O Programa de Modernização da Iluminação Pública, implantado em toda a cidade, reduziu em 28,6% o consumo de energia, mesmo aumentando o número de lâmpadas em 3,5%. Isto representou uma economia nos custos de fornecimento de energia, desde 2001, da ordem de R\$ 1,5 milhão por ano e trouxe benefícios como a criação de espaços públicos seguros e agradáveis, além da melhoria da segurança, com destaque ao trânsito.

Nos últimos anos, o setor de vias públicas executou obras significativas e de grande impacto, entre elas a recuperação estrutural do viaduto Pedro Dell'Antonia, construção do viaduto Salvador Avamileno, dando acesso às avenidas Giovanni Batista Pirelli e dos Estados, tirando do centro da cidade boa parte do trânsito de passagem, e a implantação da avenida Lauro Gomes com construção de ciclovia.

A acessibilidade tem sido tratada de forma séria com o programa Centro Mais Humano, implantado na área central. Elaborado para proporcionar segurança e conforto aos pedestres, inclui o tratamento de calçadas garantindo a acessibilidade universal, mudanças de semáforos e travessias de pedestres e realocação de ambulantes para espaço próprio e qualificado. Vários trechos receberam intervenções como a avenida Bernardino de Campos, rua Itambé em frente à estação ferroviária Prefeito Celso Daniel, avenida XV de Novembro, Praça IV Centenário, rua das Figueiras entre a Catequese e avenida José Amazonas e o trecho inicial da rua Catequese. Esse conceito será estendido aos centros de bairros. Todos os equipamentos públicos municipais como escolas, unidades de saúde, pronto atendimentos e Centro Hospitalar Municipal entre outros também receberam reformas e intervenções garantindo acesso e circulação para todos.

concepção

As propostas da Frente Santo André Ainda Melhor foram concebidas com objetivo de fornecer diretrizes a respeito da Mobilidade, Acessibilidade e Sustentabilidade. Como premissa, a mobilidade sustentável deve:

- permitir que as necessidades básicas de mobilidade dos indivíduos e da sociedade sejam atendidas com segurança de maneira compatível com o ser humano e o meio ambiente e com equidade;
- ser economicamente viável, operar de forma eficiente, permitir a escolha da modalidade do transporte, e dar suporte ao desenvolvimento;
- limitar emissões de poluentes e desperdícios dentro da capacidade do meio ambiente de absorvê-los, minimizar o consumo de recursos não renováveis, utilizar recursos renováveis nos limites do nível sustentável, reusar e reciclar seus componentes e minimizar a produção de ruído.

Considera-se que mobilidade sustentável compreende trânsito e tudo

que é relativo a ele, como sinalização, monitoramento, operação, fiscalização e projetos; transportes em todos os seus modais e tipos; e infra-estrutura urbana que compreende vias públicas e equipamentos urbanos; a acessibilidade compreende a possibilidade de acesso a todos os locais da cidade por todos os cidadãos, indistintamente; e sustentabilidade como possibilidade real de se implementar todas as ações e propostas, quer sejam projetos ou atividades.

Neste sentido, as ações se apóiam

de forma interdisciplinar, matricial e transversal em três eixos fundamentais: trânsito, transportes e infra-estrutura viária; de forma que se possa garantir que os deslocamentos ocorram com agilidade e segurança, minimizando-se os conflitos entre os modais, garantindo também a fluidez das cargas, assegurando o desenvolvimento e promovendo ações de educação que busquem construir a cultura da paz entre os condutores e usuários no uso do espaço público e no exercício da cidadania.

propostas de ação

Incentivar o uso do transporte não motorizado, principalmente as bicicletas, por meio da implantação de bolsões de estacionamento (paraciclos), próximos aos acessos aos transportes públicos, ciclorotas e ciclovias, visando garantir à população uma alternativa viável ao uso do automóvel.

Elaborar um plano plurianual para aquisição e manutenção de equipamentos para execução e monitoração de obras e serviços de infra-estrutura.

Instituir o Conselho Municipal de Mobilidade e Acessibilidade.

Implantar programa de capacitação periódica de todos os operadores dos sistemas de trânsito e transportes para o atendimento das pessoas com mobilidade reduzida, como, por exemplo, pessoa idosa e com deficiência.

Criar um dia municipal, com respectiva campanha publicitária, incentivando a educação no trânsito e o uso de veículos não motorizados, com vistas a que a população deixe seus veículos em casa.

Implantar metodologia transparente e participativa na discussão dos custos e fixação das tarifas do transporte coletivo.

Mobilidade

Adotar medidas de controle do tráfego de passagem, melhorando a segurança e a fluidez.

Planejar e divulgar um sistema de orientação de tráfego com rotas alternativas de trânsito.

Priorizar os transportes coletivos como alternativa para a diminuição da frota de automóveis, incentivando seu uso a partir de instrumentos de gestão do poder público.

Implantar redes de semáforos inteligentes com objetivo de melhorar a fluidez e a segurança.

Revisar a legislação vigente referente à carga e descarga, de forma que seja garantida a fluidez do tráfego e a segurança das vias.

Revisar o estacionamento nas vias principais onde circulam ônibus, com o objetivo de melhorar fluidez e segurança.

Promover leilões de sucatas prensadas, com objetivo de garantir que os veículos irregulares não retornem a circular na via pública.

Implementar a fiscalização eletrônica dos transportes coletivos pelo poder público, a fim de garantir o cumprimento das Ordens de Serviço Operacionais.

Realizar obras de adequação nos pontos finais para facilitar as manobras dos veículos.

Implantar pontos de ônibus estruturados mediante análise técnica ou demanda dos usuários.

Desenvolver estudos de viabilidade para implantar a integração tarifária.

Adotar política de incentivo para adequação progressiva de tecnologias veiculares visando garantir a sustentabilidade do meio ambiente.

Fazer gestões para implantação da integração tarifária com a CPTM (trens urbanos), EMTU (tróleibus) e as demais empresas intermunicipais.

Desenvolver estudos técnicos para revisão da rede de atendimento, redimensionamento da oferta de transportes e revisão da eficácia dos terminais urbanos municipais.

Emissão dos cartões de gratuidade para as pessoas com deficiência e com transtornos mentais usarem os transportes públicos, concedido por meio de laudo médico emitido pelo poder público municipal.

Implantar a descentralização da venda de passagens antecipadas de transporte coletivo (cartões de transportes).

Elaborar um programa para execução de ajustes no sistema viário buscando viabilizar o abastecimento e melhorar a mobilidade de pessoas e mercadorias.

Implantar um programa de manutenção preventiva das vias, considerando a priorização ao transporte coletivo, a prevenção aos acidentes de trânsito e a hierarquização viária.

Implantar projeto para instalação de placas com os nomes das ruas na cidade.

Prever o reaproveitamento das áreas remanescentes das desapropriações para os projetos de novas vias.

Planejar e executar obras de capeamento asfáltico nas vias com declividade acentuada calçadas com paralelepípedos.

Acessibilidade

Planejar e executar a desobstrução, adequação e manutenção dos passeios públicos, onde for de responsabilidade do poder público.

Adequar as edificações, instalações e equipamentos dos terminais e estações de transporte público para garantir a acessibilidade universal.

Estudar a criação de incentivo fiscal para operação e concessão de veículos especiais (tipo táxi adaptados) ao transporte de pessoas com deficiências.

Adaptar os próprios públicos, garantindo a acessibilidade universal.

Adequar os veículos de transporte público com equipamentos e operadores qualificados para atendimento das pessoas com mobilidade reduzida.



Expediente

Esta é uma publicação da Coligação Santo André Ainda Melhor, referente ao Programa de Governo de Vanderlei Siraque prefeito e Cícero Martinha vice-prefeito, para a gestão 2009-2012 da Prefeitura de Santo André.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Comitê Eleitoral Vanderlei Siraque Prefeito
Rua Senador Fláquer, 813. Centro. Santo André - SP
CEP 09010-160

www.vanderleisiraque13.can.br

Jornalista responsável: Carlos Eduardo Rizzo (Mtb 24.705)

Fotos: Emerson Oliveira, arquivo.

Arte Capa: Márcio Benites

**O NOME CERTO
PARA UM
FUTURO MELHOR**

V A N D E R L E I
SIRAQUE
P R E F E I T O **13**
VICE - CÍCERO MARTINHA



SANTO ANDRÉ AINDA MELHOR: PT - PSB - PSL - PCdoB - PMDB - PDT - PV - PHS - PRB - PRTB